



LEANDRA GOMES DA SILVA LAURENTINO

A QUESTÃO DE GÊNERO NA POLÍTICA TUNISIANA: O FEMINISMO DE ESTADO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO CONTEXTO DA PRIMAVERA ÁRABE

João Pessoa

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEANDRA GOMES DA SILVA LAURENTINO

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA POLÍTICA TUNISIANA: O FEMINISMO DE
ESTADO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO CONTEXTO DA
PRIMAVERA ÁRABE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof. Me. Xaman Korai Minillo

João Pessoa

2017

G633a Gomes da Silva Laurentino, Leandra.

A Questão de Gênero na Política Tunisiana: O Feminismo de Estado e Participação Política Feminina no Contexto da Primavera Árabe / Leandra Gomes da Silva Laurentino. – João Pessoa, 2017.
56f.

Orientador(a): Prof^a Msc. Xaman Korai Pinheiro Minillo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) –
UFPB/CCSA.

1. Feminismo de Estado .2. Tunísia. 3. Gênero. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)

João Pessoa, 04 de dezembro de 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,0, o Trabalho de Conclusão de Curso

"A Questão de Gênero na Política Tunisiana: O Feminismo de Estado e a Participação Política Feminina no Contexto da Primavera Árabe"

Elaborado por

Leandra Gomes da Silva Laurentino

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Xaman Korai Pinheiro Minillo - UFPB

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira - UFPB

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes - UFPB

João Pessoa, 04 de dezembro de 2017.

ABSTRACT

Through state feminism, dictators Bourguiba and Ben Ali, have for decades, promoted gender equality policies that have led Tunisia to be considered the most advanced Arab country in terms of women's rights. With the outbreak of the Arab Spring and specifically the Jasmine Revolution, Tunisian women took to the streets and played an important role in the deposition of Ben Ali, demonstrating their dissatisfaction with the regime. The present work aims to outline the conformation of the state feminism in parallel with the political participation of Tunisian women during the governments of Bourguiba and Ben Ali, as well as after the Revolution.

KEY WORDS: State Feminism. Tunisia. Women. Gender. Feminism. Jasmine Revolution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMTPD	Associação das Mulheres da Tunísia para Pesquisa e Desenvolvimento
ATMD	Associação Tunisiana de Mulheres Democráticas
CPS	Código de Status Pessoal (CPS).
IDG	Índice de Desenvolvimento de Gênero
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
PENUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCD	Constitutional Democratic Rally
RI	Relações Internacionais
UNMT	União Nacional das Mulheres da Tunísia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. UM OLHAR FEMINISTA A ATUAÇÃO FEMININA NA TUNÍSIA.....	10
1.1 Gênero e Relações Internacionais.....	10
1.2 A estereotipização ocidental das mulheres mulçumanas.....	13
1.3 – Feminismo no mundo árabe.....	15
2. A PRIMAVERA ÁRABE.....	21
2.1 – A Revolução de Jasmim.....	24
2.2 - Feminismo de Estado e ativismos feministas na Tunísia.....	28
3. O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA TUNÍSIA.....	36
3.1 – A participação política feminina na Tunísia.....	41
3.1.1 – A participação política feminina após a independência.....	42
3.1.2 – Pós primavera árabe.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51

INTRODUÇÃO

Para tratar sobre igualdade de gênero na Tunísia de hoje é imprescindível que se considerem as transformações que o país vem enfrentando nos últimos anos, sendo elas influenciadas por disputas políticas que envolveram as forças de um regime autoritário que governou o país por décadas. No centro desta disputa está o papel do Islã na vida pública e, como parte integrante, o papel das mulheres e dos seus direitos.

O relacionamento entre o Islã e o feminismo é polêmico. Há por parte do mundo árabe a associação do movimento feminista a ideologias ocidentais e um projeto colonial. (MIR-HOSSEINI. apud LIMA,2013). Enquanto que por parte do ocidente, o estereótipo da mulher submissa, amarrado a uma religião e costumes que oprimem, parece ser a opinião geral acerca das mulçumanas. Entretanto, em meio a essas discussões o movimento feminista vem avançando no mundo árabe.

A partir promulgação do Código do Estatuto Pessoal em 1956, a Tunísia se destacou do resto do mundo árabe/ mulçumano. Por meio do feminismo de Estado o país adotou uma série de medidas que o levou a ser apontado como o Estado árabe mais avançado quanto a igualdade de gênero. Dessa forma a Tunísia demonstrava para o mundo por meio das mulheres tunisianas a modernidade e desenvolvimento do país.

Desde o início da revolução em 2010, a Tunísia entrou numa situação de instabilidade sociopolítica. E mesmo sendo considerado o país árabe mais avançado quanto a igualdade de gênero, a Tunísia não ficou isenta das manifestações femininas. A revolução de Jasmim, como ficou conhecida a revolução tunisiana, levou ao fim o governo de Zine El Abidine Ben Ali em janeiro de 2011, levando os cidadãos tunisianos a participarem da primeira eleição direta no final daquele ano (Darwisheh, 2014).

A participação ativa das mulheres tunisianas durante a Revolução pode indicar problemas no o feminismo de Estado adotado pelo país, indicando que talvez ele não fosse suficiente para suprir as demandas femininas como era pregado pelo Estado tunisiano.

A Revolução de Jasmim, e a Primavera Árabe como um todo, representam um momento histórico importante na sociedade árabe e também internacional. Somado a este evento há também a participação das mulheres, historicamente excluídas de processos políticos, e agora inseridas como atores ativos no processo de transformação social.

Diante desses motivos o presente trabalho monográfico se propõe a abordar a questão de gênero na política tunisiana, buscando compreender o feminismo de Estado paralelamente a participação política das mulheres no país durante os governos de Bourguiba e Ben Ali, e também a pós a Revolução de Jasmim. Isso fazendo uso das teorias feministas das Relações Internacionais, de modo que seja possível analisar o objeto de estudo através do exame das relações de poder e hierarquias de gênero.

Esse trabalho de utiliza da metodologia de pesquisa qualitativa de *process-tracing*, “método que tem se mostrado muito útil na análise fenômenos complexos, situados historicamente, cujas explicações demandam a articulação de diferentes fatores, como os estruturais, institucionais, sociais, dentre outros” (SILVA E CUNHA, 2015. p.107). A pesquisa se deu através de levantamento bibliográfico acerca do tema, sendo utilizados o documento primário da Constituição tunisiana, portais de notícias, artigos científicos e relatórios desenvolvido por instituições internacionais. Após leitura dos teóricos da área e as hipóteses levantadas a partir dessas pesquisas, foi possível a elaboração do trabalho, sendo ele dividido em três capítulos

O primeiro capítulo do trabalho apresentará uma breve discursão sobre o arcabouço teórico utilizado, composto pelas teorias feministas das Relações Internacionais. Nesta primeira etapa, situaremos essas teorias no campo das RI, tratando também dos feminismos no mundo árabe, com o intuito de analisar o sujeito mulher nas Relações Internacionais e a sua inserção nas sociedades árabes.

No segundo capítulo, por sua vez, será tratada a Revolução de Jasmim, bem como o ativismo feminino na Tunísia e sua relação como o feminismo de Estado tunisiano, com o intuito de examinar as possíveis consequências da adoção desse mecanismo para as mulheres tunisianas.

Já no terceiro capítulo será apresentado um panorama sobre o empoderamento das mulheres tunisianas, tendo como foco a sua participação política nos governos de Bourguiba e Ben Ali e também após a Revolução de Jasmim.

Por fim, nas considerações finais serão apresentados os resultados deste trabalho, demonstrando como o mesmo contribui pra os estudos no campo das Relações Internacionais.

1- UM OLHAR FEMINISTA A ATUAÇÃO FEMININA NA TUNÍSIA

O primeiro capítulo deste trabalho tem por objetivo introduzir as discussões em torno das questões de gênero nas Relações Internacionais. Dessa forma, aborda-se a maneira como o gênero passou a ser utilizado como categoria de análise na disciplina, assim como as suas contribuições para a mesma. São abordados ainda os feminismos do/no mundo árabe, com o objetivo de aproximar este estudo da realidade da região.

1.1- Gênero e Relações Internacionais

A abordagem feminista das Relações Internacionais emergiu durante a década de 1980, entretanto ao longo dos anos tal abordagem continuou sendo marginalizada pelo *mainstream* teórico e também ignorada por outras perspectivas críticas (TICKNER,1997). O diálogo entre as perspectivas tradicionais das RI e o feminismo gira em torno de acusações das primeiras como a ausência de contribuição para a explicação de *high politics* por parte da perspectiva de gênero (TICKNER,1997).

Perspectivas feministas propõem a introdução de gênero como categoria de análise para se compreender o impacto do sistema estatal e da economia global nas vidas de mulheres e homens. Gênero como categoria de análise não implica no estudo isolado das mulheres, visto que

Encontrar maneiras pelas quais as hierarquias de gênero servem para reforçar as instituições e práticas socialmente construídas que perpetuam expectativas de papéis diferentes e desiguais, expectativas que têm contribuído para as desigualdades fundamentais entre mulheres e homens no mundo da política internacional. (...) isso significa que as mulheres não podem ser estudadas de forma isolada dos homens (TICKNER, 1997.p11).

Primeiramente é necessário compreender como o termo gênero pode ser definido. Comumente associado ao sexo (feminino/masculino), gênero, segundo Scott (1986), é uma construção social, uma percepção sobre as diferenças sexuais, na qual há a hierarquização dessas diferenças. A construção dos gêneros implica em uma valorização do masculino e das atividades tidas como masculinas, atribuindo a elas um maior prestígio, diante de tarefas e características tidas como femininas. Essa hierarquização, na perspectiva de Peterson e Runyan (MONTE, 2013), é uma construção política, visto

que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens em detrimento das mulheres, tornando o acesso delas ao poder e à autoridade desigual e desprivilegiado.

As teorias ocidentais da justiça universal foram construídas a partir de uma definição de natureza humana que exclui ou diminui as mulheres. Dicotomias, como racional / irracional, universal / particular e público / privado, sobre as quais o conhecimento iluminista foi construído acabaram legitimando a hierarquização de gênero.

A dificuldade de diálogo entre as feministas e os estudiosos das perspectivas tradicionais das RI pode, segundo Tickner (1997), estar associada a realidades e epistemologias diferentes com que ambos trabalham. Muitas das feministas das RI se identificam como pós-positivistas, e mesmo que não haja uma conexão necessária entre estas abordagens, há uma ressonância que inclui o compromisso com o pluralismo epistemológico, bem como certa sensibilidade ontológica. Isso implica em uma preferência por uma hermenêutica de base mais histórica e também por tradições humanistas e filosóficas de acumulação de conhecimento (TICKNER,1997).

As abordagens feministas se aproximam da teoria crítica concordando com a afirmação de Robert Cox de que toda teoria sempre é feita por alguém e para alguma finalidade. E como a teoria crítica, o feminismo se propõe a questionar a ordem vigente e a “criar” uma estratégia para trazer uma ordem alternativa. Teorias feministas são múltiplas, e podem ser identificadas como marxista, radical, psicanalítica, socialista, de ponto de vista, existencialista, e pós-moderna. Elas estariam empenhadas em descrever as causas e consequências da opressão das mulheres e prescrever estratégias para anular tais disparidades (TICKNER,1997).

As perspectivas feministas, de acordo com Tickner (1997), demonstram preferência por metodologia humanisticamente orientada empregando explicações *bottom-up*, em vez de explicações *top-down*, analisando as relações sociais em sua base e as consequências dessas para o Estado e o Sistema Internacional.

Segundo Deborah Tannen (apud TICKNER, 1997), as diferenças de gênero são mais preocupantes do que outras diferenças culturais, pois essas ocorrem em todos os lugares. Entretanto tais diferenças, tidas como socialmente construídas, sofrem variações ao longo do tempo e de acordo com o espaço e cultura, não se manifestando de forma singular. Diante disso a autora afirma que regularidades estruturais como gênero e patriarcado não são naturais nem universais.

Desde o iluminismo, o conhecimento promove uma epistemologia que é radicalmente homocêntrica, (HECKMAN, 1990: 2 apud TICKNER 1997). Portanto, na maior parte da história ocidental moderna, os homens são vistos como detentores do conhecimento, tanto que as ciências naturais e sociais têm sido geralmente baseada no conhecimento sobre a vida dos homens na esfera pública.

A separação das esferas pública e privada promovida pelo iluminismo resultou na legitimação do que seriam as atividades "racionais" (tais como política, economia e justiça) e as atividades "naturais" (como a gestão doméstica, criação das crianças e prestação de cuidados (PETERSON, 1992, apud TICKNER,1997). Os papéis socialmente atribuídos as mulheres, como a dedicação a família e a vida doméstica, colaboram para a naturalização da domesticidade feminina, ou seja, as diferenças hierarquizadas entre os sexos são consideradas como algo natural. (BIROLI E MIGUEL, 2014)

Scott (1986) aponta “revoluções” como uma oportunidade para mudanças nas significações de gênero e de poder, pois segundo ela “transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em caos e engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na procura de novas formas de legitimação” (p.10).

Como afirma Scott “A política constitui apenas um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para a análise histórica” (SCOTT, 1986, p. 8). O gênero, entretanto, foi considerado por muito tempo, uma categoria antagônica a assuntos relevantes da política, e por esse motivo convertido em um território pouco explorado.

O debate sobre a sub-inclusão das mulheres nos espaços públicos de poder, em especial na política internacional, foi introduzido pelo “feminismo liberal”. (WHITWORTH, 1994). Esta linhagem feminista se comprometia com os princípios tradicionais do liberalismo político, como igualdade e preservação dos direitos civis. O feminismo liberal evidenciou duas questões importantes, sendo elas: primeiramente, posição de sub-inclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e, em segundo lugar, na forma como os lugares tradicionalmente ocupados por mulheres tornavam-se invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994). Na busca por superar tais barreiras, segundo Peterson e Runyan (apud MONTE, 2013), é comum que mulheres em posições de poder adotem uma atitude masculinizada para se adaptar melhor às demandas do contexto da alta política.

As perspectivas feministas das Relações Internacionais chamam atenção para a invisibilidade da mulher na política internacional. Ao se questionar onde se encontram as mulheres na política Internacional, autoras como Tickner (1997) e Eloé (2004) diagnosticam que a baixa presença de mulheres nos espaços políticos, sejam internacional ou doméstico, na academia ou no corpo político, são oriundos das relações desiguais de poder entre gêneros.

As abordagens feministas das RI, apesar de suas divergências, compartilham a procura nas instituições e nas normas do sistema internacional, explicações para as desigualdades entre os gêneros. Tais abordagens também têm em comum:

o fato de incluir no seu projeto científico uma dimensão política - não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes. Métodos e foco das análises variam - o uso do gênero como categoria de análise continua sendo o fio de ligação entre elas. (MONTE, 2013.p.7)

Como já citado anteriormente, de acordo Deborah Tannen (apud TICKNER, 1997), a desigualdade de gênero por se perpetuar em todos lugares, se manifesta de diferentes formas, em consequência do tempo, espaço e cultura. A ideia de identidade feminina universal, rejeitada pelo feminismo pós-colonial, e propagada pelo dito “feminismo de primeiro mundo”, dificulta a percepção dos problemas enfrentados pelas mulheres do terceiro mundo. O próximo tópico busca introduzir a forma como a mulher muçumana é retratada no ocidente, tentando evidenciar algumas das consequências de tal perspectiva.

1.2– A estereotipização ocidental das mulheres muçumanas

O avanço de mídias como cinema e TV, associado ao advento da globalização, permitiu que partes diferentes do mundo compartilhassem suas culturas e que “os padrões de gênero de outras sociedades – e com frequência, de sociedades muito distantes” (STEARNS, 2007, p. 186, apud SANTOS, 2014.p.211) fossem conhecidos. Segundo Santos (2014), preservar a “cultura” do Islã no mundo islâmico significativa se afastar do velho colonialismo e do novo capitalismo. Durante a década de 1970 foi promovido nos países árabes um “reavivamento de princípios baseados no Islã em sua defesa e contra

valores ocidentais, como individualismo, consumismo, autonomia feminina, liberdade sexual e relativismo moral” (ALENCAR, 2014 apud SANTOS, 2014, p. 212). Diante disso Santos (2014) conclui que, para reforçar suas identidades nacionais e suas respectivas tradições, o mundo islâmico torna-se avesso a modernidade e as mudanças no cenário internacional.

Para Lamrabet (2010), a teoria do “choque de civilizações”¹ assombra o mundo árabe, principalmente após o 11 de setembro, reforçando estereótipos e convertendo o povo islâmico no grande inimigo mundial. A autora acrescenta que entre os tópicos mais estigmatizantes e mais recorrentes, referente ao islamismo, o status das mulheres muçulmanas continua a ser o mais sugestivo.

Este discurso eternamente acusatório serve principalmente como um álibi para todas as atitudes políticas de dominação cultural e consolida a análise binária que opõe, o modelo "universal" da mulher ocidental livre e a muçulmana oprimida e por isso deve se liberta. (LAMRABET, 2010. sem página, Tradução nossa)²

A autora ainda ressalta a utilização da temática “libertação” da mulher muçulmana como um “pretexto” político para legitimar iniciativas neocolonial como a guerra no Afeganistão. Entretanto, Lamrabet (2010) também afirma que as dificuldades do povo islâmico não são de total responsabilidade do ocidente. Se os países muçulmanos que vivem no subdesenvolvimento econômico e cultural, sob regimes ditatoriais, e se a

¹ Em 1993, Samuel Huntington publicou, na revista *Foreign Affairs*, o artigo “The Clash of Civilizations?” como reação ao livro de Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, publicado em 1992. Em virtude da repercussão de seu ensaio, em 1996, Huntington expandiu sua tese e publicou o livro “O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”. Para Samuel Huntington, a nova fase da política mundial seria dominada pelo choque de civilizações. Os conflitos que antes eram predominantemente de caráter econômico, político e ideológico, assumiriam um caráter cultural, e passariam a ocorrer entre nações e grupos de diferentes civilizações, sendo esta a última fase na evolução do conflito no mundo moderno. Para Huntington, agrupar os países segundo a sua cultura e civilização seria muito mais significativo que agrupa-los em termos de sistemas políticos ou econômicos. Segundo o autor, as relações internacionais, iriam se 'desocidentalizar' cada vez mais, a ponto das civilizações não-ocidentais terem participação ativa no sistema internacional. O eixo predominante da política mundial, seria então, determinado pelas relações entre “o Ocidente e o resto”. Nesse sentido, um foco central de conflito poderia se situar entre o Ocidente e uma coalizão de Estados islâmicos aliados com a civilização confuciana.

²Texto original: Este discurso eternamente acusador sirve sobre todo como coartada a todas las actitudes políticas de dominacion cultural y consolida el análisis binario que opone, el modelo "universal" de la mujer occidental liberada y el de la musulmana oprimida y que asi pues debemos liberar (Lamrabet, 2010. sem página)

imagem do Islã e os muçulmanos é hoje negativa, isso é em grande parte devido aos próprios muçulmanos.

O estereótipo da mulher submissa, amarrada a uma religião e a costumes que a oprimem, parece ser a opinião geral do Ocidente acerca das mulçumanas. García(2010) afirma que este aglomerado de conceitos tende a criar generalidades, silenciando as vozes dos protagonistas de suas próprias histórias, as mulheres muçulmanas. Ela acrescenta que:

Como em qualquer esfera do "mundo árabe", a mulher não é um conceito homogêneo e uniforme, mas em vez disso é definido e rearticula em diferentes geográfica, política, social e histórico em que ele aparece. Como discutido Fawzia Kamel, compreender a situação das mulheres árabes exige estudo e constante reavaliação dos termos: cultura, política, economia, ideologia, além de colonialismo e a ideia de estado-nação, e especialmente se queremos falar dos movimentos feministas árabes (2010. sem página, Tradução nossa).³

Apenas com a chegada da "nova agenda do feminismo"⁴, estudos do século XX em sociedades muçulmanas passaram a perceber a mulher como um ator importante no meio, antes disso a imagem das mulheres como sujeito ativo era praticamente inexistente, sendo relegadas para a análise da tradição como sinônimo de sua forma de vida. Agora as mulheres passaram a ser estudadas não como uma parte de sua própria cultura, mas sim como sujeito de sua história, capazes de mudá-la elas mesmas (GARCÍA,2010).

1.3 – Feminismo no mundo árabe

O mundo árabe é composto por um conjunto de países que se distribuem, geograficamente entre dois continentes; África e Ásia. Mais que falar a mesma língua árabe, esses países, segundo Khalidi (1991), carregam o sentimento de orgulho sobre a própria história e também um sentimento de pertencimento religioso, em virtude da forte presença do Islã no mundo árabe.

³ Texto original: Esto sucede sin tener en cuenta que, al igual que ocurre con cualquier esfera del "mundo árabe", la mujer no es un concepto uniforme y homogéneo, sino que por el contrario se define y rearticula en los diferentes contextos geográficos, políticos, sociales e históricos en los que aparece. Como analiza Fawzia Kamel, entender la situación de la mujer árabe requiere de un estudio y reevaluación constante de los términos: cultura, política, economía, ideología, además del colonialismo y la idea de Estado-Nación, y especialmente si lo que queremos es hablar de los movimientos feministas árabes (GARCÍA, 2010. Sem página).

⁴ García (2010) chama de "nova agenda feminista" a agenda proposta pelo feminismo pós-colonial. Tal vertente feminista abriu o debate sobre novas formas de reflexão provenientes dos países do sul global acerca das mulheres.

Para tratar sobre qualquer aspecto que envolva os países árabes é imprescindível que se considere a força e o papel do Islã na vida pública e, como parte integrante, sua influência em relação as questões de gênero.

O polêmico relacionamento entre o Islã e o feminismo, segundo Mir-Hosseini (2004, apud LIMA, 2013), deve ser analisado sob uma perspectiva que considere os efeitos do anticolonialismo e do nacionalismo, pois ambos os movimento podem repercutir sob as afirmações das tradições religiosas do Islã, ou seja, podem influenciar na interpretação e práticas religiosas. A visão nacionalista e anticolonial associa o feminismo a ideologias ocidentais, reconhecendo no feminismo um projeto colonial, e que, portanto, deve ser rechaçado.

Azza Karam (1998, apud SHAIKH, 2003), resume essas tensões ao descrever algumas das dificuldades no uso do discurso feminista no mundo muçulmano:

“O termo "feminismo" (...) nas sociedades muçulmanas árabes pós-coloniais é contaminado, impuro e fortemente impregnado de estereótipos. Alguns desses estereótipos são que o feminismo representa basicamente a inimizade entre homens e mulheres, bem como um apelo à imoralidade na forma de promiscuidade sexual para as mulheres (...) algumas personalidades religiosas (...) associaram o feminismo a estratégias colonialistas para minar a Cultura social e religiosa nativa.” (2003, p.149. Tradução nossa)⁵

Essa posição, segundo Shaikh (2003) torna cada vez mais difícil abordar as questões de gênero de maneira honesta, procurando identificar e corrigir realidades e injustiças.

Muitos muçulmanos veem as abordagens feministas ocidentais contemporâneas, que reforçam as visões reducionistas do Islã como uma religião peculiarmente sexista, como um dos grandes instrumentos ocidentais voltados a desacreditar e deturpar o Islã (SHAIKH, 2003).

Ao longo dos anos o movimento feminista passou a englobar diversas perspectivas de feminismo. Entretanto, o feminismo “ocidental”, se mostra dominante, tendo maior visibilidade em espaços como a mídia e a academia. O movimento feminista ganhou crescente proeminência em três fases denominadas de ondas feministas. De acordo com Kroløkke (2005), o feminismo de primeira onda surgiu no contexto da sociedade industrial e da política liberal, e esteve ligado ao movimento liberal dos direitos das

⁵ Texto original: The term “feminism”... in post-colonial Arab Muslim societies is tainted, impure and heavily impregnated with stereotypes. Some of these stereotypes are that feminism basically stands for the enmity between men and women, as well as a call for immorality in the form of sexual promiscuity for women ... some religious personalities ... have associated feminism with colonialist strategies to undermine the indigenous social and religious culture (KARAM,1998. apud SHAIKH, 2003).

mulheres. Tendo ocorrido entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos e na Europa, a primeira onda tinha como agenda o acesso e a igualdade de oportunidades para as mulheres em relação ao direito a propriedade e principalmente ao sufrágio feminino.

A segunda onda teve início entre as décadas de 1960 e 1970 nas sociedades de bem-estar ocidentais do pós-guerra. O feminismo da segunda onda está intimamente ligado às vozes radicais do empoderamento das mulheres e dos direitos diferenciados, como direitos sexuais, reprodutivos e sexualidade (KROLØKKE, 2005). Foi durante a segunda onda feminista que as críticas ao feminismo euro-americano se iniciaram. Essas críticas promovidas por mulheres do sul global provocaram os principais debates em relação ao tema durante a década de 1980 e 1990 (SHAIKH, 2003).

A terceira onda, que surgiu na década de 1990, deu continuidade as críticas feitas ao feminismo na década de 1980. Essa fase foi marcada pela busca pela desconstrução da "feminilidade universal", pois esta representava apenas as realidades de um grupo particular de mulheres, a mulher branca, de classe média e de "primeiro mundo". (KROLØKKE, 2005).

Para Shaikh (2003), as acusações feitas no mundo árabe ao feminismo ocorrem devido ao legado do feminismo imperial, no qual missionários dos impérios (ainda no império britânico) justificaram seus ataques políticos ao islamismo e às culturas muçulmanas, sugerindo que sua "missão civilizadora" colonial também pretendia libertar as "pobres mulheres" oprimidas pelo Islã. Esse cenário persiste, mas agora diante de uma nova conjuntura desenvolvida após o 11 de setembro.

A aversão que o mundo islâmico tem ao feminismo ignora questões importantes como a pluralidade do movimento feminista, e as próprias críticas trocadas entre essas várias correntes que compõem o movimento. As mulheres árabes, assim como muitas outras mulheres que se encontram fora dos centros de privilégio branco e euro-americano, expuseram grandes críticas às vertentes dominantes do feminismo ocidental. As críticas apontam que cada mulher vivencia questões e problemas diferentes de acordo com sua localidade e cultura. Portanto, seus problemas demandam por respostas particulares e não genéricas. Shaikh (2003) aponta que muitas mulheres do "Terceiro Mundo" argumentaram que, embora a gênese e o desenvolvimento histórico do feminismo ocidental refletissem principalmente as realidades eurocêntricas, as feministas euro-americanas assumiram regularmente que poderiam falar pelas experiências de todas as mulheres.

Antes mesmo da expansão do feminismo ocidental, as mulheres árabes desenvolveram os seus próprios movimentos feministas. É importante ressaltar que os feminismos propagados no mundo árabe são diversos, e isso lhes permite uma classificação variada de acordo com suas particularidades. Os feminismos árabes contempla desde manifestações mais “tradicionais”, que até mesmo rejeitam a utilização do termo “feminista”, a movimentos similares ao feminismo ocidental.

Margot Badran (2009) identifica três períodos críticos de feminismo no mundo árabe: (1) o período do feminismo invisível, baseado em uma crítica de papéis sociais de gênero, que ocorrem desde o início da década de 1860 até metade da década de 1920, especialmente no Egito; (2) o período de ativismo social, entre os anos 1920 e 1960⁶, marcando um desenvolvimento dos movimentos feministas organizados e públicos focados em busca dos direitos das mulheres muçulmanas; (3) o período do feminismo ressurgente, começando na década de 1970 até os dias atuais.

Foi por volta da década de 1880 que, segundo Lima (2013), houve o seguimento do feminismo enquanto “consciência feminista” nas sociedades muçulmanas. Mas foi só em 1920, no Egito, sob a liderança de Huda Sha“rawi, que o movimento tornou-se independente, tendo como pauta a luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim de todos os tipos de dominação sexista.

Na década de 1990, é possível perceber o surgimento de um novo tipo de feminismo, denominado por Margot Badran como “ativismo de gênero”, sendo ele posteriormente intitulado de feminismo islâmico. O feminismo islâmico encontra-se em conformidade com a produção teórica de estudiosas muçulmanas, fazendo frente ao feminismo secular (LIMA, 2013). O ponto fundamental de divergências entre as duas perspectivas é a questão religiosa em um debate entre Estado laico e Estado secular. Embora ambos os feminismos sejam baseados na luta contra a desigualdade das mulheres árabes, a diferença está na forma como cada um entende o termo "igualdade" (GARCÍA, 2010).

O feminismo islâmico, vem ganhando força desde a década de 1990, e em meio ao seu fortalecimento, tem sido fonte de críticas da literatura feminista ortodoxa (que podem incluir o discurso do feminismo árabe secular) e do mais conservador Islã. Segundo García (2010), as feministas ocidentais afirmam que a maneira muçulmana de articular

⁶ No Egito, 1920-1950 no Líbano, Iraque e Síria - 1930-1940, Sudão – 1950 (BADRAN, 2009)

suas demandas e transformar ou adaptá-las a sua religiosidade é totalmente oposta à libertação das mulheres.

Segundo Badran (2009), o discurso feminista islâmico argumenta que o Alcorão afirma o princípio da igualdade de todos os seres humanos e que a prática da igualdade entre mulheres e homens foi impedida ou subvertida por ideias e práticas patriarcais. A jurisprudência islâmica (*fiqh*), consolidada em sua forma clássica no século IX, estava fortemente saturada com o pensamento patriarcal, e é essa jurisprudência que deu base às diversas formulações contemporâneas da *sharia* (BADRAN,2009). De acordo com Lima (2013, p. 9), “o feminismo islâmico é um movimento que se autodefine por objetivar a recuperação da ideia de *ummah* (comunidade muçulmana) como um espaço compartilhado entre homens e mulheres.”

Badran (2009) afirma que o *hadith* (registro dos preceitos, ações e vida do profeta Maomé) às vezes é usado fora do contexto, gerando consequências negativas para as mulheres. Assim, uma prioridade do feminismo islâmico é ir direto ao texto fundamental do Islã, e enquanto algumas mulheres centram sua atenção na interpretação do Alcorão, outras examinam as formulações de leis que apoiam a *sharia* ou *hadith*.

As metodologias básicas do feminismo islâmico são as metodologias islâmicas clássicas de *ijtihad* e *tafsir* (interpretação do Alcorão).

São utilizadas juntamente com essas metodologias ferramentas de linguística, história, crítica literária, sociologia, antropologia, etc. Ao abordar o Alcorão, as mulheres trazem suas leituras sua própria experiência e questionam-se como mulheres. Elas apontam que a interpretação clássica, e também muitas pós-clássicas, foi baseada em experiências masculinas, questões centradas no homem e na influência geral das sociedades patriarcais em que viviam. (BADRAN.2009, p.247. Tradução nossa)⁷

É bem verdade que as perspectivas feministas possuem muitos pontos de divergência, entretanto é importante ressaltar, como afirma Lamrabet (2010), que essas perspectivas compartilham a luta pela emancipação e dignidade da mulher. A imagem da mulher árabe reúne duas forças que constroem a moldura de uma série de estereótipos do Ocidente, e também dentro dos próprios Estados islâmicos. O estereótipo da mulher

⁷ Texto original: Along with methodologies are the tools of linguistics, history, literary criticism, sociology, anthropology, etc. In approaching the Qur'an, women bring to their readings their own experience and questions as women. They point out that classical, and also much post-classical, interpretation was based on men's experiences, male-centered questions, and the overall influence of the patriarchal societies in which they lived (BADRAN.2009, p.247).

submissa, amarrada a uma religião e a costumes que a oprime, parece ser a opinião geral do Ocidente. (GARCÍA, 2010). Estas feministas, aponta García, encontram-se no centro de um debate universal e polêmico sobre o papel das mulheres nas esferas religiosa e social, e sobre seu posicionamento em relação as tradições e a modernidade no mundo árabe.

Apesar de todas essas dificuldades, devemos reconhecer que há atualmente uma ascensão de uma verdadeira 'consciência feminina muçulmana' que busca, em muitos países, contestar a ordem social tradicional, sem para isso estar de acordo com um único modelo, seja ele ocidental ou oriental (LAMRABET, 2010).

A tomada de consciência feminina recebeu maior visibilidade a partir da participação ativa das mulheres durante a eclosão das revoltas árabes (a primavera árabe). O capítulo seguinte aborda justamente as revoltas árabes, em especial a revolução de Jasmim, ocorrida na Tunísia, destacando a participação feminina, suas lutas e reivindicações.

2 – A PRIMAVERA ÁRABE

Tensões e contestações, quando reprimidas por muito tempo, acabam gerando erupções imprevisíveis (JOFFÉ, 2011). Assim foram os acontecimentos do início de 2011 no norte da África. Denominada Primavera Árabe, a onda revolucionária iniciada na Tunísia se alastrou pelo Norte da África e parte do Oriente Médio.

O termo “Primavera” estaria relacionado, segundo Feraboli (2012), ao evento conhecido como “Primavera de Praga” ocorrido em 1968 na antiga Tchecoslováquia. Sob a liderança do primeiro secretário do partido comunista do país, Alexander Dubcek, houve tentativas de promoção de reformas de descentralização econômica e também de reforço as liberdades individuais. Dubcek recebeu o apoio de intelectuais locais e também do povo em geral. Entretanto o evento acabou poucos meses depois com a invasão militar pelas forças do pacto de Varsóvia, as quais restituíram a antiga ordem.

O termo “primavera” remete também a outro importante momento da história: a Primavera dos Povos, de 1848. Em “A era do capital”, Hobsbawm relata que nenhuma outra revolução havia se espalhado tão rápida e amplamente, “se alastrando como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos” (2002, p. 26). Os anos 1846-1847 foram marcados pela baixa produção agrícola e por uma crise industrial que geraram escassez de alimentos e desemprego. Tocqueville (1848, apud HOBBSAWM, 1975, p. 25) expressou o sentimento de muitos europeus daquela época da seguinte forma: “Nós dormimos sobre um vulcão (...) Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte”. A “derrota universal” da primavera dos povos chegou tão rápida quando a sua disseminação. Dezoito meses após o seu início, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa.

Não há entre os estudiosos unanimidade em relação a comparação entre esses fenômenos. A utilização do termo “primavera” pode se dar pelo fato de que este possui significado metafórico, referindo-se a um tempo de transformação, ruptura com o velho e o florescer de novos paradigmas. A Primavera Árabe não foi um movimento unitário, há uma pluralidade de questões colocadas nos diversos focos de insatisfação que culminaram nas revoltas ocorridas (ARAÚJO, 2011). A primavere árabe teve início em um contexto complexo, tendo como plano de fundo economias afetadas, e como fatores agravantes problemas políticos e um histórico de repressão à sociedade civil.

A economia do mundo árabe sofreu fortemente os efeitos da crise de 2008. Alguns dos impactos causados à economia local foram a queda na importação de commodities e nos fluxos financeiros na forma de Investimento Externo Direto (IED) e Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) (FERABOLLI, 2011). A crise afetou diretamente os preços dos alimentos e da energia, segundo dados da FAO, em 2010 o aumento dos preços de alimentos alcançou o índice mais alto desde a década de 1990. Essas alterações impactaram principalmente a população que já vivia perto do limiar de pobreza.

Mas por que a crise de 2008 atingiu tão fortemente o norte da África e do Oriente Médio? Segundo Khalil (2015), o desenvolvimento econômico da região, promovido aos moldes do neoliberalismo, provocou a queda de barreiras comerciais, redução de salários e desmantelamento da indústria, além de ter levado governos árabes a destituir suas populações das proteções sociais necessárias para lidar com o aumento do desemprego e os preços das commodities e a estagnação dos salários característico das crises.

Outro agravante em relação às condições do mundo árabe, segundo Joffé (2011), era a própria natureza política de cada Estado, que segundo ele, consistiam predominantemente em democracias iliberais⁸. Em democracias iliberais há a promoção de ritos eleitorais, muitas vezes livres e justos, mas por outro lado limites constitucionais são ignorados, culminando no desrespeito aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. Tais regimes passaram progressivamente a abrir espaço para autonomia de expressão, ação social e econômica, ao mesmo tempo que mantinha a intensa repressão política. A liberalização política parcial permitiu a organização de alguns grupos na sociedade civil, a existência de instituições autônomas para mobilização de movimentos sociais, e também a criação de partidos de oposição. Entretanto, estas instituições eram proibidas de qualquer manifestação contrária ao regime. Mas mesmo sobre repressão esses grupos foram elementos importantes para desafiar os regimes em questão.

Na perspectiva de Brumberg (2002, apud JOFFÉ), a democracia iliberal adotada no mundo árabe era uma escolha consciente dos regimes para assegurar a sua sobrevivência. Mas esta liberalização política parcial permitiu a organização de alguns grupos na sociedade civil, que saturados por anos de repressão e postos diante de um cenário econômico crítico, deram início a uma onda revolucionária.

A Primavera Árabe teve início na Tunísia, sendo seguida pelo Egito, Bahrein, Líbano, Líbia, Omã, Jordânia e Síria. Em cada país os eventos transcorreram de forma

⁸ Segundo a expressão criada por Daniel Brumberg (2002) e Fareed Zakaria (1997)

particular, entretanto houve uma tendência, especialmente da mídia, de tratar tal fenômeno como monolítico, ignorando suas diversidades. Isso ocorreu, segundo Rogan (2011), porque os levantes nacionais compartilhavam de muitas similaridades como o envolvimento de jovens, a utilização das redes sociais e também a falta de uma liderança central visível. O autor destaca as diferenças entre cada Estado da seguinte forma:

As experiências de cada estado árabe foram distintas. Em alguns países, os militares desertaram do regime (Tunísia e Egito), enquanto outros ou todos os militares permaneceram leais ao presidente (Líbia, Iémen e Síria). Alguns rebeldes conseguiram "libertar" partes das cidades (Praça Tahrir no Cairo, Praça da Pérola em Manama, quartéis da Universidade de Sanaa), ou no caso da Líbia, partes inteiras do país. (...) Embora pareça que cada insurreição popular começou como um caso estritamente doméstico, o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), liderado pela Arábia Saudita, interveio no Bahrein e a OTAN interveio na Líbia. (ROGAN, 2011, p.4. Tradução nossa)⁹

A primavera árabe trouxe muitas incertezas. Desde o seu início muito se especulou a respeito de seus resultados. Em *The Arab Spring Five Years Later*, Hafez Ghanem aponta quais foram os resultados das revoltas árabes anos depois:

Quatro anos após o início das revoluções árabes, os resultados são desencorajadores. Hoje, a maioria das pessoas tentam evitar usar o termo "Primavera árabe". Muito pouco foi alcançado na área das reformas democráticas. Em vez de construir democracias vibrantes e estáveis, a maioria dos países das revoluções da Primavera árabe entrou em uma fase de violência e instabilidade. A turbulência política tem sido associada à instabilidade macroeconômica, ao baixo crescimento e ao alto desemprego. Os sonhos dos revolucionários para mais liberdade e dignidade, e mais pão e justiça social, aparecem agora ainda menos atingíveis do que antes dos levantamentos. É claro que as circunstâncias do país e, portanto, os resultados, são diferentes.¹⁰ (GHANEM, 2016, p.18. Tradução nossa.)

⁹ Texto original: The experiences of each Arab state have been distinct. In some countries the military defected from the regime (Tunisia and Egypt) while in others part or all of the military has stayed loyal to the president (Libya, Yemen and Syria). Some rebels have succeeded in "liberating" parts of cities (Tahrir Square in Cairo, Pearl Square in Manama, the University quarter in Sanaa), or in the case of Libya, whole parts of the country. (...) While it would appear each popular uprising began as a strictly domestic affair, the Gulf cooperation Council (GCC), led by Saudi Arabia, intervened in Bahrain and NATO intervened in Libya.

¹⁰ Texto original: Four years after the start of the Arab revolutions the results are discouraging. Today, most people try to avoid using the term "Arab Spring." Very little has been achieved in the area of democratic reforms. Instead of building vibrant and stable democracies, most of the countries of the Arab Spring revolutions have entered a phase of violence and instability. Political turmoil has been associated with macroeconomic instability, low growth, and high unemployment. The revolutionaries' dreams for more freedom and dignity, and more bread and social justice, appear now even less attainable than before the uprisings. Of course, country circumstances, and hence outcomes, are different GHANEM, 2016, p.18)

O autor atribui os resultados negativos a diversos fatores como divergências entre secularistas e islamitas (principalmente em torno da agenda política), diversidade cultural e religiosa e também polarização social. Além disso não há praticamente nenhuma cultura de democracia, e as instituições necessárias para a governança democrática, por exemplo, partidos políticos e outras organizações da sociedade civil, são inexistentes ou muito fracas.

Mesmo diante disso, Ghanem (2016), afirma que o excesso de pessimismo que se abateu sobre a Primavera Árabe pode ser um erro. O fato de que as populações, especialmente os jovens, expressaram seu desejo por liberdade e dignidade representa um marco no fim na percepção do ocidente a respeito do povo árabe como diferente dos demais povos por atribuir menos valor a liberdade política e civil.

As transições políticas no mundo árabe levarão muitos anos e talvez até décadas. Conforme descrito por Amin (2012, apud GHANEM,2016), há uma longa e tortuosa estrada a ser percorrida, com várias voltas e até mesmo contratemplos ao longo do caminho.

O primeiro passo desta longa caminhada foi dado ainda em dezembro de 2010, no país que apresentava alguns dos melhores indicadores econômicos e sociais da região. A Tunísia, com a Resolução de Jasmim, demonstrou o quanto o povo árabe estava insatisfeito com os anos de repressão e com as condições econômicas do país.

2.1 – A Revolução de Jasmim

As manifestações que deram início à Primavera Árabe emergiram na Tunísia ainda no ano de 2010. O súbito aumento de preços no final daquele ano, as acusações de corrupção contra o governo Ali e sobretudo o ocorrido com Mohammed Bouazizi, deu forma às revoltas populares.

Mohammed Bouazizi era um vendedor ambulante que trabalhava nas ruas de Sidi Bou Zid, cidade localizada no centro do país. Sua autoimolação ocorreu após a apreensão de sua mercadoria em virtude de sua suposta falta de licença necessária para comercialização. Este ato se tornou símbolo das manifestações no país que seriam denominadas Revolução de Jasmim (JOFFÉ, 2011).

A Revolução de Jasmim representou o descontentamento popular em relação ao governo repressivo do Zine al-Abidine Ben Ali, ao seu fracasso na economia e ao seu corrupto controle do setor privado (KIDD, 2017). No poder desde 1987, Ben Ali não

resistiu por muito tempo às manifestações iniciadas dia 4 de janeiro, logo após o falecimento de Bouazizi. O então presidente fugiu do país já no dia 14, apenas 10 dias depois do início das revoltas, se refugiando na Arábia Saudita protegido pela família real Al-Saud (EL-MAY, 2011).

O curto período de resistência por parte do regime foi marcado por repressão. Mas o movimento se disseminou de forma rápida por todo país, sendo esse fenômeno atribuído a utilização das mídias sociais, em especial ao Facebook. Em 14 de janeiro, um dia após um discurso de apelo a pulação feito por Ali,

30 mil pessoas estavam na Praça Bourguiba, na capital, Tunes, gritando por horas "Degage ... Degage!". O mesmo aconteceu em todas as principais cidades. Esta foi a primeira vez no mundo árabe, um ditador é claramente convidado a "se retirar" e foi informado de que o "JOGO ACABOU" (EL-MAY, 2011, p.4)

Para Anderson (2011) parecia improvável que o ex-presidente tunisiano fosse deposto. A Tunísia desfrutou durante muitos anos do melhor sistema educacional do mundo árabe, tendo também a maior classe média e os movimentos trabalhistas mais organizados da região. No entanto, o governo de Ben Ali reprimiu rigorosamente a liberdade de expressão e os partidos políticos no país, sendo responsável também por tentar manipular imagem internacional do Estado tunisiano.

A revolução vivida na Tunísia é tida como a mais pacífica de toda a Primavera Árabe. Segundo Ghanem (2016), diferentemente do ocorrido em outros países, as forças armadas tunisiana evitaram o confronto com manifestantes, não deixando de desempenhar um papel importante no processo, garantindo a segurança e minimizando a violência. E o mais importante, sem intervir diretamente no processo político, permitindo que políticos civis gerenciassem a transição. O exército se recusou a usar a força contra os manifestantes e até colocou tanques entre manifestantes e policiais para proteger as pessoas. E foi o exército que informou o presidente de que ele tinha que sair. O General Ammar, chefe de gabinete de Ben Ali, se manteve fora da política, pronunciando-se publicamente apenas uma vez, no dia 25 de janeiro, quando ele assegurou aos manifestantes que o exército seria o responsável por garantir a revolução. (EL-MAY, 2011)

Logo após a saída de Ben Ali, a liderança do Estado tunisiano foi assumida pelo presidente do Parlamento, entretanto quem realmente detinha o poder era primeiro-

ministro do governo de Ben Ali, Mohamed Ghannouchi. Diante dos crescentes protestos, Ghannouchi resistiu apenas um mês após saída de Ali (GHANEM, 2016).

Durante o processo de democratização do país, conduzido pelo governo provisório foi criada a Comissão Superior para a Realização do Objetivo Da Revolução, da Reforma Política e da Transição para a Democracia. Esta comissão foi responsável por afirmar a necessidade de uma revisão completa da constituição do país, e também a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, realizada em outubro de 2011 (KIDD, 2017). A comissão garantiu, por meio do artigo 15 da A legislação eleitoral, a proibição nas eleições da Constituinte: formadores membros dos governos do presidente Ben Ali, ex-membros dos ramos nacionais e regionais do Constitutional Democratic Rally (RCD) e figuras públicas que, em agosto de 2009, pediram a reeleição de Ben Ali (RIR, 2012).

O Partido islâmico Ennahda, responsável por eleger Rachid Ghannouchi nas eleições indiretas ainda em 2011, foi derrotado em novembro de 2014 na primeira eleição direta do país desde 1956. Habib Essid tornou-se primeiro ministro do país com a vitória de seu partido secularista Nidaa Tounès no parlamento tunisiano (Khalil, 2015).

O grande resultado da Revolução de Jasmim, além da expulsão de Zine al-Abidine Ben Ali, foi a criação de uma nova constituição, tida como a mais revolucionária do mundo árabe. A Assembleia Nacional Constituinte passou quase dois anos de trabalho no documento, com um mês dedicado exclusivamente a debater e examinar todos e cada um dos artigos. Gabriel Kidd (2017), aponta alguns dos fatores que contribuíram para a promulgação da nova constituição:

(...) a homogeneidade da sociedade tunisina que, embora tenha algumas divisões, não sofre de fragmentação ao longo de linhas religiosas, políticas, culturais ou étnicas, como é o caso da Síria ou do Iraque, por exemplo. Este fator explica a promulgação de uma Constituição nacional em 27 de janeiro de 2014, resultante de um processo promovido que atendeu a aprovação de todos os atores políticos e sociais. A nova constituição da Tunísia é a mais democrática e liberal no mundo muçulmano, que protege as liberdades civis; separa poderes legislativos, executivos e judiciais; garante a paridade das mulheres nos órgãos políticos; e declara que o islamismo é a religião oficial do país, enquanto protege a liberdade religiosa para todos. (KIDD, 2017, p.23. Tradução nossa)¹¹

¹¹ Texto original: Another factor is the homogeneity of Tunisian society which, although it has some divisions, does not suffer from fragmentation along religious, political, cultural or ethnic lines, as is the case of Syria or Iraq, for instance. This factor accounts for the promulgation of a national Constitution on 27 January 2014, resulting from a pro-tracted process that met the approval of all political and societal actors. Tunisia's new constitution is the most democratic and liberal in the Muslim world it protects civil liberties; separates legislative, executive and judicial powers; guarantees women parity in political bodies;

Apesar dos elogios recebidos, em especial por seu caráter progressista quando comparada às demais constituições do mundo árabe, a constituição tunisiana também sofre críticas. Driss e Blibech (2014) destacam como fraquezas a não inclusão do direito à liberdade de iniciativa econômica; ambivalência nos direitos e liberdades dos estrangeiros, e de minorias étnicas e religiosas ou linguísticas na Tunísia; e a própria afirmação de que o islamismo é a religião oficial do Estado.

Contrariando o que foi afirmado por Kidd (2017), as autoras seguem relatando que:

(...)a elaboração da constituição de 2014 foi muitas vezes feita em um contexto de tensão ou de grande divergência política e ideológica. Isso resultou em algumas escolhas semânticas e gramaticais que podem levar a fórmulas que não são claras. Permanecem tensões não resolvidas entre estipulações sobre a liberdade de consciência e a não infração do sagrado. (...) A ambiguidade é ainda mais notável em relação a direitos que não sejam os direitos de cidadania. Questões do status pessoal, as relações íntimas e familiares entre os sexos foram reguladas em um código civil fortemente influenciado por fiqh da escola maliki sunita de direito, uma interpretação humana de Sharia. Embora o status pessoal seja imutável, a igualdade nas relações pessoais não foi expressamente consagrado na constituição. (DRISS e BLIBECH, 2014, p.4. Tradução nossa)¹²

Um exemplo disso pode ser encontrado no artigo 7: A família é o núcleo da sociedade e o Estado deve protegê-la. Visto que em toda disposição da constituição há incentivo a percepção da identidade árabe e muçulmana, como exposto no artigo 6¹³ ou no artigo 39¹⁴, Driss e Blibech (2014) argumentam que percepção de família se limita o modelo tradicional, excluído da proteção todas as outras variações.

and declares that Islam is the country's official religion, while protecting religious freedom for all (KIDD, 2017, p.23)

¹² Texto original: (...)the drafting of the 2014 constitution was often made in a context of tension or of great political and ideological divergence. This resulted in some semantic and grammatical choices that may lead to formulas that are unclear. There remain unresolved tensions between stipulations on the freedom of conscience and noninfringement of the sacred.(...)The ambiguity is even more noticeable with regard to rights other than citizenship rights. Matters of personal status, intimate and family relationships between the sexes have been regulated in a civil code strongly influenced by fiqh of the Maliki Sunni school of law, a human interpretation of Sharia. While personal status should be immutable, equality in personal relationships has not been expressly enshrined in the constitution (DRISS e BLIBECH, 2014, p.4).

¹³ Artigo 6: O Estado é o guardião da religião. Garante a liberdade de consciência e crença, o livre exercício das práticas religiosas e a neutralidade das mesquitas e lugares de adoração de toda instrumentalização partidária. O Estado compromete-se a disseminar os valores de moderação e tolerância e proteção do sagrado, e a proibição de todas as suas violações. Ele compromete-se igualmente para proibir e lutar contra os pedidos de Takfir e a incitação à violência e ódio (Constituição Tunisiana 2014).

¹⁴ Artigo 39: A educação deve ser obrigatória até aos dezesseis anos. O estado garante o direito à educação pública gratuita em todos os níveis e garante disposições dos recursos necessários para alcançar uma educação de alta qualidade, ensino e treinamento. Deverá também trabalhar para consolidar a identidade árabe-muçulmana e a participação nacional nas novas gerações e para fortalecer, promover e generalizar o

Diante disso é possível afirmar que a homogeneidade da sociedade tunisiana foi o suficiente para culminar na conclusão das revoltas por meio de um instrumento que trouxesse satisfação para população de modo geral. A divergência política e ideológica ainda existe, é algo natural na atividade política, e fez parte de todo processo de composição da nova constituição. Em virtude disso, alguns pontos, como afirmaram Driss e Blibech (2014), não foram contemplados de forma totalmente satisfatória.

A nova constituição é, apesar de muitas limitações, um passo inegável em termos de liberdade, descentralização, equilíbrio de poderes, justiça constitucional e igualdade de gênero (DRISS E BLIBECH, 2014). O impacto real da constituição dependerá não apenas de seu texto, mas muito mais da responsabilidade da classe política, dos cidadãos e das autoridades responsáveis pela sua interpretação.

2.2 – Feminismo de Estado e ativismos feministas na Tunísia

Durante a Primavera Árabe milhões de pessoas de diferentes grupos e ideologias, muçulmanas, não-muçulmanos, árabes e não-árabes encheram capitais para protestos maciços. A revolta na região uniu pessoas de diferentes religiões, idades e gêneros (ANTONAKIS-NASHIF, 2013). No mundo árabe, assim como no ocidente, muitas vezes as mulheres devem residir na esfera privada da vida e deixar a esfera pública para os homens, mas durante a Primavera elas foram as ruas e marcharam ao lado dos homens, não atrás deles (MERRILL, 2015).

Essa participação feminina também foi notável na Tunísia. "Ao longo da revolução tunisina, as mulheres e os homens eram iguais. As mulheres de todas as idades e de todos os setores da vida, participaram de greves e manifestações"(FIDH, 2012.p.9). Entretanto houve repressão por parte do governo de Ben Ali. As mulheres foram submetidas a formas específicas de violência policial, incluindo assédio sexual e estupro. Entre os casos mais divulgados o estupro de meninas de Kasserine e Thela nos dias 11 e 12 de janeiro promovidos por membros das forças especiais de Ben Ali, e também o de várias manifestantes mulheres enquanto estavam detidas no Ministério do Interior nos dias 14 e 15 de janeiro (FIDH, 2012).

uso da língua árabe e a abertura para línguas estrangeiras, civilizações humanas e difusão da cultura dos direitos humanos (Constituição Tunisiana 2014).

A luta das mulheres tunisianas por maiores direitos e oportunidades, tanto na esfera pública quanto na privada, não é um acontecimento recente. Na época da independência pós-colonial, as mulheres tunisinas lutaram contra ditaduras e violência, e também enfrentaram obstáculos em relação às normas religiosas e culturais tradicionais, fundadas nos princípios que excluem as mulheres da esfera pública (DANIELLE, 2014). Para melhor compreender as demandas femininas na Revolução de Jasmim é necessário remontarmos à década de 1950¹⁵, período no qual o país se tornou independente e estabeleceu sua nova constituição, adotada em 1959 (KIDD, 2017).

Habib Bourghiba, um dos líderes do movimento de independência e primeiro presidente da Tunísia, colocou reformas relacionadas ao direito das mulheres e da família no centro de sua agenda (BALIAMOUNE, 2011). Em 1956, antes mesmo da constituinte, a República da Tunísia promulgou o Código de Status Pessoal (CPS). Um conjunto de leis que regulam o casamento, o divórcio, a custódia e a herança. Conforme observado por Mounira Charrad:

O CPS reformou o casamento, o divórcio, a custódia e, até certo ponto, a herança. Em todas essas dimensões, expandiu os direitos das mulheres erradicando alguns dos acordos mais patriarcais da Shari'a. Ele aboliu a poligamia, eliminou o direito do marido de repudiar sua esposa, permitiu que as mulheres pedissem divórcio e aumentassem os direitos de custódia da mulher. Além disso, ocorreu uma mudança interessante no véu em meados da década de 1950. Em 1929, Bourguiba sustentou que o véu constituía a identidade tunisina e um símbolo de suas tradições. No entanto, depois que Bourguiba se tornou presidente, ele caracterizou o véu como um "pano odioso" e "um fardo terrível". (CHARRAD, 1997, p. 294-95. Apud, BALIAMOUNE, 2011, p.4.Tradução nossa)¹⁶

¹⁵ A Tunísia foi um protetorado francês entre 1881 e 1934. Durante a segunda guerra mundial o país foi invadido pelo Terceiro Reich, que acabou influenciando a luta por independência liderada pelo partido tunisiano Neo-Destour. Bourghiba, líder do Neo-Destour, foi fortemente pressionado tanto pela Alemanha como pela Itália para alinhar o movimento de independência da Tunísia com a causa do Eixo, entretanto ele declinou. Em 1942 os Aliados retiram as forças alemãs do país, e a Tunísia voltou a estar sob influência francesa. A luta pela independência continuou por mais de uma década. Em junho de 1954, o então primeiro ministro francês, Pierre Mendès-France, introduziu uma nova política de retirada parcial francesa de duas das colônias mais turbulentas do país, Tunísia e Indochina. O resultado, em abril de 1955, foi um acordo para a autonomia interna da Tunísia, mantendo os assuntos internacionais e a defesa ainda sob influência da França. A independência total da Tunísia só foi alcançada em 1956 (KIDD,2017).

¹⁶Texto original: The CPS reformed Marriage, divorce, custody, and to some extent inheritance. On all these dimensions, it expanded women's rights by eradicating some of the most patriarchal arrangement of the Shari'a. It abolished polygamy, eliminated the husband's right to repudiate his wife, allowed women to file for divorce, and increased women's custody rights. Also, an interesting shift on the veil' took place in the mid 1950s. In 1929 Bourguiba had maintained that the veil constituted the Tunisian identity and a symbol of its traditions. However, after Bourguiba became president, he characterized the veil as an odious rag' and a dreadful burden'CHARRAD, 1997, p. 294-95. apud, BALIAMOUNE, 2011, p.4).

Naquela época as políticas dos direitos das mulheres eram concentradas no planejamento familiar, em questões como regulamento do casamento e também questões voltadas a educação. Uma mudança radical na interpretação das leis islâmicas foi a ilegalidade da poligamia (MERRILL, 2016). A revogação de leis relativas à importação e venda de contraceptivos em 1961 e a legalização do aborto em 1965 também foram “revolucionárias” naquela região (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014).

É importante ressaltar que essas políticas eram predominantemente *top down*. Elas não saíram das mulheres (ou grupos de mulheres), uma vez que não houve influência significativa das mulheres através de um movimento feminista na política (DANIELLE, 2014).

Segundo Mhadhbi (2012), a partir do momento das reformas de Bourghiba, o termo "feminismo de Estado" ou, alternativamente, "feminismo institucional" tem sido empregado como uma ferramenta governamental para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, de forma limitada, contendo alternativas defendidas por feministas independentes e ativistas. Dessa forma, ativistas dos direitos de gênero e do empoderamento das mulheres em contraste com a visão do governo foram submetidos a uma opressão vigorosa.

Como foi observado por Iqbal Al Gharbi (2013 apud, DANIELLE, 2014, p.19)

Poderíamos considerar o contexto tunisino como uma exceção; e fato, o que foi definido como "feminismo de Estado" alcançou uma ampla melhoria dos direitos das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens. A tradição feminista na Tunísia é muito enraizada. Embora, por um lado, tal tipo de feminismo institucionalizado tenha sido promovido, por outro lado, as mulheres ativistas tiveram que lutar fortemente contra a ditadura em que era proibida qualquer forma de liberdade. (Tradução nossa)¹⁷

Como afirma Gaharbi (2013), essas políticas contribuíram significativamente para a redução das desigualdades de gênero na Tunísia e prepararam o cenário para uma emancipação e empoderamento feminino sem precedentes nos países árabes e muçulmanos, sendo Bourguiba considerado o "libertador da mulher tunisina". Mas em

¹⁷ Texto original: We could consider the Tunisian context as an exception; in fact what has been defined as ‘state feminism’ has achieved a wide improvement of women’s rights and equality between women and men. The feminist tradition in Tunisia is very deep-rooted. Whilst on the one hand, such a kind of institutionalized feminism has been promoted, on the other hand, women activists had to struggle strongly against the dictatorship where any form of freedom was prohibited (GHARBI, 2013 apud, DANIELLE, 2014, p.19).

contrapartida, ao proibir efetivamente outras formas de liderança política, ele bloqueou o movimento das mulheres em sua luta mais ampla pela autonomia (MHADHBI, 2012).

Durante o governo de Bourguiba qualquer discurso oficial realizado por mulheres era necessariamente realizado por mulheres afiliadas ao Neo Destour, partido do próprio Bourguiba. Os movimentos feministas que surgiram durante aquele período, não alinhados ao governo, foram poucos. Movimentos como o Clube Tahar Haddad, Associação Tunisiana de Mulheres Democráticas (ATMD) e a Associação das Mulheres da Tunísia para Pesquisa e Desenvolvimento (AMTPD), foram considerados rivais ao movimento patrocinado pelo estado União Nacional das Mulheres da Tunísia (UNMT) (MHADHBI, 2012).

El-Masri (2015), cita como exemplo da repressão do governo de Bourguiba para com as organizações feministas o caso da UFT. A organização foi monitorada de perto pela polícia, seus líderes foram detidos e interrogados, tendo também o passaporte apreendido.

Havia repressão até mesmo dentro da UNMT e no âmbito do Neo-Destur. Isso fica claro com o caso de Radhia Haddad, líder da UNMT de 1958 a 1972, sobrinha de Bourguiba, e escolha pessoal do mesmo para o cargo. Haddad propôs algumas mudanças para o CPS, entretanto elas não foram aceitas por Bourguiba. Em virtude disso Radhia Haddad optou por se unir a ala liberal do Neo-Destur, liderada por Ahmed Mestiri, oponente do presidente. O resultado dessa mudança foi a deposição de Haddad da presidência da UNMT, ela também sofreu processo e teve seu passaporte apreendido (EL-MASRI, 2015).

Mesmo diante das dificuldades os movimentos feministas independentes avançaram em suas contribuições no final da década de 1980, quando o Clube Tahar Haddad foi fundado. Esta organização abraçou debates críticos sobre as perspectivas das mulheres, envolvendo temas como o efeito da legislação estatutária tunisina sobre as mulheres e a contribuição das mulheres na força de trabalho (BALIAMOUNE, 2011). Outras importantes instituições surgiram posteriormente como a ATMD e a AMTPD que foram formadas em 1982 e em 1986, respectivamente, embora não se tornassem totalmente institucionalizadas até depois da partida do presidente Bourghiba. Ambos os grupos trabalharam juntos, mantendo seu foco individual, estando a primeira voltada para um ativismo político e a outra direcionada para pesquisa (DANIELLE, 2016).

O governo tunisino, de acordo com Danielle (2016), usou o avanço dos direitos das mulheres como uma estratégia que poderia ser implantada para aumentar a aceitação do

país no âmbito internacional, em especial com os países ocidentais. No período imediato pós-independência, a Tunísia ratificou uma série de convenções internacionais fundamentais relacionadas aos direitos humanos e / ou feministas.¹⁸ Os avanços em igualdade de gênero foram, portanto, o subproduto de um compromisso de construir uma nação secular moderna e uma economia forte, ao invés de ser um objetivo em si mesmo (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014).

A supressão da liberdade de expressão e a repressão a oposição política na Tunísia há muito mancharam a reputação do país no exterior. O status das mulheres continuou sendo um domínio em que a Tunísia, durante os dois governos Bourguiba e Ben Ali, poderia reivindicar sua singularidade (BESSIS, 1999). Segundo Bessis(1999), este tipo de propaganda rendeu frutos ao país, que desfrutou de uma sólida reputação de nação secular em uma região em que mais frequentemente tem ditaduras ou monarquias militares ligadas à religião.

Segundo Bessis (1999), sempre que as denúncias referentes ao autoritarismo no país fossem alarmantes, campanhas para divulgação dos avanços da Tunísia quanto a situação feminina eram criadas. Um dos casos citados pela autora foi o evento realizado em Paris no dia 9 de fevereiro de 1994, o “Dia da Mulher da Tunísia” sob o slogan "*Une modernité assumée, la Tunisie*", foi uma resposta da Tunísia a campanha da Anistia Internacional contra as violações dos direitos humanos promovida por islâmicos tunisianos.

Em outubro de 1997, durante a visita oficial de Ben Ali à França, os defensores do regime tunisiano também citaram o status das mulheres, ignorando as críticas feitas por parte de organizações defensoras dos direitos humanos, que questionavam se o regime tunisiano era feminista por convicção ou por necessidade política de mascarar o déficit democrático (BESSIS,1999).

Um programa de incentivo à participação política feminina promovida por Ben Ali, idealizado na década de 1990, ampliou as oportunidades das mulheres exercerem atividade política (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014) entretanto, a opressão sofrida pelos movimentos de mulheres continuou sob este regime. Durante seu governo Ben Ali

¹⁸ A ratificação por parte da Tunísia dos direitos humanos e Convenções de direitos da mulher: Convenção universal da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1956); Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1967); Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas (1967); Convenção sobre o consentimento ao casamento, idade mínima para casamento e registro de casamento (1967); Convenção contra a Discriminação na Educação (1969); Convenção sobre o Trabalho Noturno (Mulheres) (1957, 1992); Convenção sobre Igualdade de Remuneração para Homens e Mulheres Trabalhadoras por Trabalho de Valor Igual (1967); A convenção OTT sobre igualdade de pagamento para o mesmo trabalho entre mão-de-obra masculina e feminina (1968); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1985); Convenção sobre os Direitos da Criança (1991) (Chambers e Cummings,2014).

expandiu as medidas opressivas do regime por meio de um aparelho policial, que costumava intimidar, assediar e punir os dissidentes e infiltrar organizações da sociedade civil. Além disso foi criada uma rede de vigilância e controle, incluindo a censura da Internet, responsável por limitar a capacidade da oposição de criticar o regime (EL-MASRI, 2015).

E o status das mulheres continuou sendo usado como “símbolo” da modernidade tunisiana em oposição a outros membros do mundo árabe. As organizações de mulheres patrocinadas pelo Estado, nomeadamente a Associação das Mães Tunisianas, fundada por Saida Agrebi, membro do comité central do partido Ali e amiga da primeira dama, foram apresentadas como representantes oficiais de todas as mulheres tunisinas (MHADHBI, 2012).

Em 1989, vários novos movimentos de mulheres surgiram, sendo eles tolerados na medida em que estivessem alinhados ao governo. Qualquer menção de discriminação de qualquer tipo foi considerada como rebelião injustificada e perturbação do *status quo*, afirmou Mahadhi (2012). Ela ainda ressalta que, surpreendentemente, algumas ativistas feministas começaram a trabalhar arduamente para espalhar mensagens alternativas sobre seus direitos como codificados em lei, destacando a diferença entre os direitos previstos e a realidade das mulheres tunisianas. Essas ativistas que escolheram ser independentes do governo foram classificados como uma ameaça “nacional”, sendo reprimidas e ameaçadas pelo regime.

É inegável que o feminismo estatal gerou benefícios para as mulheres tunisianas, entretanto tal mecanismo também trouxe consigo problemas. Segundo Mhadhbi (2012):

(...) feminismo estatal é essencialmente a exploração governamental sistemática e explícita da causa feminista por razões políticas estreitamente ligadas ao aprimoramento da imagem, prestígio e sustentabilidade ideológica do regime autocrático. O estado “feminista” assume o reconhecimento dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero através de mecanismos legislativos e executivos. Neste contexto, supõe-se que não há necessidade de um movimento feminista existir em oposição ao estado e onde os movimentos feministas existem, eles devem agir de acordo com as prioridades políticas do estado (MHADHBI, 2012. Sem página. Tradução nossa)

Para que as mulheres tunisianas sejam melhor assistidas e para que suas demandas sejam realmente sanadas, é necessário abrir espaço para a sua participação política, para que assim as próprias mulheres se envolvam no processo de elaboração de leis e políticas públicas, que levem em consideração as demandas dos grupos de mulheres e ativistas, deixando de lado o modelo *topdown* de feminismo, adotado desde Bourghiba.

Leila Hamrouni, uma professora do secundário de um subúrbio pobre de Túnis, em uma entrevista ao *The guardian* (2011) referente a proposta de uma lista de candidatos obrigatoriamente igualitária disse: “Temos que realmente lutar por 50% de igualdade nas eleições. Estou preocupada que (a lista) não seja aplicada adequadamente. Os partidos menores, afirmam que está ótimo em princípio, mas que na prática não haveria o suficiente de ‘mulheres competentes’.” (Tradução nossa).¹⁹ Ela ainda continuou apontando as consequências do regime de Ben Ali para as mulheres, mesmo com seus programas de igualdade de gênero.

As mulheres tunisianas que participaram do movimento revolucionário tinham muitas preocupações, elas faziam parte do números de desempregados do país e ainda sofriam as consequências das leis de herança que contemplavam os filhos homens. Apesar disso, a prioridade da mulher tunisiana durante e após a Revolução de Jasmim foi a inserção da mulher na política.

"Sob Ben Ali, havia muitos homens que estavam longe de ser brilhantes, e assim que falamos sobre as mulheres na política, todos estão perguntando sobre a competência. Ben Ali usou a questão dos direitos das mulheres como propaganda para o oeste enquanto sufocava as liberdades e negando a democracia. Alguns homens podem nos dizer agora: "Veja o que você tem. O que mais você quer?" É difícil explicar que, por trás da propaganda orquestrada, ainda há muito para lutar " (HAMROUNI, 2011. apud GUARDIAN, 2011. Sem página. Tradução nossa)²⁰

O *The guardian* (2011) também traz a opinião de Khadija Cherif, socióloga e professora universitária, é membro da influente Associação das Mulheres Democratas e membro da comissão que preparou as regras políticas para as eleições de julho de 2011.

"O papel das mulheres tem sido enorme, não apenas na revolução, mas há anos que o levou a apoiar as greves dos mineiros para encenação de assentos nas fábricas de têxteis. Esse papel deve agora ser reconhecido através da igualdade de gênero na paisagem política" (CHERIF, 2011. apud GUARDIAN, 2011. Sem página. Tradução nossa)²¹

¹⁹ Texto original: We've got to really fight for 50% equality in the elections. I'm worried it won't be properly enforced. The smaller parties say it's great in principle but in practice there aren't enough 'competent' women (HAMROUNI, 2011. apud GUARDIAN, 2011. Sem página)

²⁰ Texto original: Under Ben Ali, there were an awful lot of men who were far from brilliant, yet as soon as we talk of women in politics, everyone's asking about competence. Ben Ali used the issue of women's rights as propaganda for the west while stifling liberties and denying democracy. Some men might say to us now, 'Look what you've got. What more do you want?' It's difficult to explain that behind the orchestrated propaganda there is still so much to fight for (HAMROUNI, 2011. apud GUARDIAN, 2011. Sem página)

²¹ Texto original: The women's role has been huge, not just in the revolution, but for years before it, from supporting the miners' strikes to staging sit-ins in textile factories. That role must now be recognised through gender equality on the political landscape. (CHERIF, 2011. apud GUARDIAN, 2011. Sem página).

O feminismo de Estado foi um mecanismo utilizado durante os governos de Bourguiba e Ben Ali, para promover políticas voltadas para redução da igualdade de gênero. Entretanto o interesse do Estado tunisiano na elaboração dessas políticas era a promoção de uma imagem positiva do país no âmbito internacional.

O feminismo de Estado, ajudou a reduzir a desigualdade de gênero na Tunísia, mas também reprimiu qualquer manifestação feminista não alinhada ao governo. Além disso, a elaboração de políticas *top-down*, deixaram de fora muitas demandas femininas importantes. Esses fatores, associados a repressão a qualquer tipo de oposição política e também de graves problemas econômicos, induziu as mulheres tunisinas a se unirem a Revolução de Jasmim.

O capítulo seguinte focará no empoderamento das mulheres tunisianas, como se configurou sua participação desde a independência até a constituinte de 2014.

3 – O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA TUNÍSIA

O empoderamento das mulheres vai além da definição de igualdade de gênero - que se concentra na condição das mulheres em relação aos homens - e incorpora a medida em que as mulheres têm o poder e a capacidade de fazer escolhas e controlar seu próprio destino (Chambers e Cummings, 2014)

Seguindo Kabeer (1999), o empoderamento das mulheres envolve o processo pelo qual as mulheres ganham a capacidade de fazer e estabelecer escolhas de vida estratégicas. Para Eyben (2011), o empoderamento ocorre quando "indivíduos e grupos organizados podem imaginar seu mundo de forma diferente e realizar essa visão, alterando as relações de poder que as mantiveram na pobreza, restringiu sua voz e privou-as de sua autonomia". (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014, p.10. Tradução nossa)²²

O empoderamento das mulheres, na perspectiva de Chambers e Cummings (2014), é um conceito multidimensional que abrange uma série de dimensões políticas, sociais e econômicas que se sobrepõem, tanto nas esferas privada e pública, em diferentes níveis (nacional, subnacional) e em ritmo variável. Para as autoras, o empoderamento requer mudanças em como o poder e os recursos são alocados, e por se tratar de um processo inerentemente político, acaba sendo suscetível a resistência e reversões.

A questão do empoderamento feminino vem se tornando uma importante pauta global, o tema vem sendo tratado em várias conferências das Nações Unidas, realizadas exclusivamente para discutir a situação dos direitos e do empoderamento das mulheres. Quatro dos mais importantes acordos internacionais firmados nessas conferências são:

- 1- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) assinado em 1979, descrita como uma declaração internacional de direitos das mulheres;
- 2- A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, adotada pelos governos na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, na qual foram estabelecidos compromissos dos governos para melhorar os direitos das mulheres, sendo eles revisados a cada 5 anos;

²² Texto original: Following Kabeer (1999), women's empowerment involves the process by which women gain the ability to make and enact strategic life choices. For Eyben (2011) empowerment takes place when 'individuals and organised groups are able to imagine their world differently and to realise that vision by changing the relations of power that have kept them in poverty, restricted their voice and deprived them of their autonomy'.

- 3- A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (2000) que, entre outros pontos, reafirmou a necessidade de reforçar o papel das mulheres na tomada de decisão com relação à prevenção e resolução de conflitos; e a mais recente;
- 4- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma agenda global que estabelece metas de combate à desigualdade de gênero, fome, pobreza, contabilizando um total de 17 objetivos (ONU MULHERES, 2017).

Durante muitas décadas, a Tunísia foi considerada um país bem-sucedido no mundo árabe e muçulmano em termos de direitos das mulheres. Desde a independência em 1956 foram realizadas reformas profundas em relação ao direito da família concedendo às mulheres direitos iguais em casamento e divórcio (1956), abolindo a poligamia (1956), garantindo o direito ao voto (1957) e o direito ao aborto sem a permissão do marido (1973). Entretanto, críticas foram traçadas a respeito de como essas políticas foram criadas. Mhadhbi (2012), alega que declarar Bourghiba o salvador da mulher tunisiana, é um ato contrário ao ideal de empoderamento feminino, pois reforça a relação hierárquica historicamente propagada entre homens e mulheres, dando a entender que as mulheres do país necessitam de um homem que as conceda direitos. Outro ponto levantado pela autora se refere à repressão sofrida por ativistas que discordassem das políticas do governo em relação as mulheres.

Para Chambers e Cummings(2014), apesar de ter limitado os direitos políticos, ambos os regimes pós-independência da Tunísia apoiaram consistentemente políticas e reformas que criaram um ambiente socioeconômico propício para o empoderamento das mulheres.

A tabela a seguir apresenta as leis para a igualdade de gênero e proteção das mulheres instituídas na Tunísia de 1956 à 2014:

Tabela 1:

Ano	Leis
1956	Código de status pessoal (CSP): o consentimento dos dois cônjuges como requisito para a validade de todos os casamentos; Proibição da poligamia; O divórcio não é mais a prerrogativa do homem; Fim da poligamia
1957, 1959	Sufrágio feminino (1957: nas eleições municipais de 1959: todas as eleições)
1959	Igualdade de todos os cidadãos perante a Constituição
1962	Adoção de programas de planejamento familiar
1965	Código Penal inclui abortos legais
1973	Revisão do Código Penal: condições revisadas de abortos legais
2010	Revisão do Código da Nacionalidade Tunisiana: Os filhos da mulher tunisina recebem a nacionalidade tunisina sem o consentimento oficial do pai, independentemente do local de nascimento ou da nacionalidade do pai
2011	Decreto de 2011, 35: Introdução do sistema de quotas nas eleições (homens e as mulheres alternam na lista de candidatos)
2014	Nova constituição: Prevê oportunidades iguais entre homens e mulheres; número igual de homens e mulheres nas assembleias; e erradicação da violência contra as mulheres

Fonte: JAICA, 2015

A concessão desses direitos tornou a Tunísia o país árabe mais avançado quanto a igualdade de gênero. Entretanto, ao ser comparado em âmbito global, é possível perceber que o país ainda tem muito a melhorar (CHAMBERS E CUMMINGS, 2014). As mulheres tunisianas, nos governos de Bourguiba e Ben Ali, tinham sua liberdade garantida dentro de limites fixados pelo Estado em sua emancipação. E um exemplo disso é a opressão por parte do Estado a qualquer forma de manifestação contrária ao regime, incluindo os movimentos feministas.

Para mensurar as disparidades de gênero e os avanços quanto ao empoderamento feminino o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) utilizou entre 1990 e 2009 dois indicadores principais; o Índice de Desenvolvimento Relacionado a Gênero e o Índice de Autonomia de Gênero. Em 2010 uma mudança metodológica substituiu ambos os índices pelo IDG (Índice de Desigualdade de Gênero) e, em 2014, foi acrescentado o Índice de Desenvolvimento de Gênero, similar ao Índice de Desenvolvimento Relacionado a Gênero, visto que buscava mensurar o empoderamento das mulheres, mas composto por algumas variáveis distintas. Ambos os índices possuem indicadores em comum, como o IDH e expectativa de vida, entretanto, indicadores

referentes a educação são apresentados de forma distinta. O índice Relacionado ao Desenvolvimento de Gênero, por exemplo, inclui em seus cálculos a taxa de alfabetização, enquanto que o Índice de Desenvolvimento de Gênero leva em consideração o nível médio de escolaridade. Diante disso não será possível analisar de forma precisa a variação ocorrida em relação ao Índice de Desenvolvimento de Gênero antes e após 2014, quando foi estabelecida a nova constituição.

As disparidades de gênero nas análises do desenvolvimento humano são medidas por meio do Índice de Desenvolvimento de Gênero, que considera as disparidades entre mulheres e homens, usando os mesmos indicadores que compõe o IDH. O IDG é calculado para 188 países (pode haver variação de acordo com os anos). Os países inclusos na pesquisa são agrupados em cinco grupos com base no desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH, o grupo 1 é composto pelos países com maior paridade, enquanto o grupo 5 é composto pelos de menor paridade. O IDG mostra as disparidades entre homens e mulheres e o quanto as mulheres precisam alcançar em cada dimensão do desenvolvimento humano, seus valores variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1 menores as disparidades de gênero. (PNUD,2017). A tabela a seguir apresenta o IDG da Tunísia no ano de 2015:

Tabela 2

Índice de Desenvolvimento de Gênero 2015	
GDI	0.904
Grupo GDI (entre 188 países)	4
IDH (mulheres)	0.680
IDH (homens)	0.752
Expectativa de vida ao nascer(mulheres)	77.4
Expectativa de vida ao nascer(homens)	72.7
Anos médios de escolaridade(mulheres)	6.7
Anos médios de escolaridade(homens)	7.8
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (mulheres)	4,662
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (homens)	15,967

Fonte: 2016 *Human Development Report*, GDI (Gender Development Index)

O grupo 4, do qual faz parte a Tunísia é composto por mais 11 países:

Tabela 3:

Ranking IDH	País	GDI
33	Malta	0,923
71	Turquia	0,908
81	Bósnia e Herzegovina	0,923
97	Tunísia	0,904
109	Gabão	0,923
138	República Democrática Popular do Lao	0,924
141	Zâmbia	0,924
142	São Tomé e Príncipe	0,907
144	Nepal	0,925
146	Quênia	0,919
170	Malauí	0,921
184	Burundi	0,919

Fonte: 2016 *Human Development Report*, IDH

A Tunísia é um país de "alto desenvolvimento humano", de acordo com o valor do seu IDH, mas o seu IDG é menor do que a média do grupo 4, no qual muitos países apresentam IDH inferior ao tunisino. O grupo 4 é tido como um grupo que apresenta uma elevada disparidade na relação IDH e IDG, apresentando índices inferiores apenas em relação ao grupo 5. Isso nos permite inferir que a qualidade de vida da população tunisiana é considerada boa, mas em detrimento das mulheres.

Ao analisar os dados referentes à Tunísia apenas um ano antes (2014), é possível perceber que houve um grande avanço em um curto intervalo de tempo.

Tabela 4:

Índice de Desenvolvimento de Gênero 2014	
GDI	0.894
Grupo GDI (entre 188 países)	5
IDH (mulheres)	0.671
IDH (homens)	0.751
Expectativa de vida ao nascer(mulheres)	77.3
Expectativa de vida ao nascer(homens)	72.5
Anos médios de escolaridade(mulheres)	5,9
Anos médios de escolaridade(homens)	7.8
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (mulheres)	4,748
RNB estimado (rendimento nacional bruto) per capita (2011 PPP \$) (homens)	16,159

Fonte: 2015 *Human Development Report*, GDI (Gender Development Index)

De 2014 para 2015, o IDG tunisiano saltou de 0,894 para 0,904, fazendo o país sair do grupo 5 para o grupo 4. É possível perceber que a maior disparidade encontrada em relação ao IDG está relacionada ao rendimento nacional bruto, o que indica problemas em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Dados presentes no *Human Development Report 1995*, apontam que em 1970 o Índice de Desenvolvimento Relacionado a Gênero da Tunísia era de 0,274, e até 2006 esse indicador chegou a 0,752. (PNUD,1995). Entretanto não será possível comparar estes dados com os mais recentes, em virtude da mudança metodológica adotada.

Já Índice de Desigualdade de Gênero, mede a desigualdade entre mulheres e homens considerando três dimensões: saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. IDG pode variar entre 0 e 1 e quanto maior valor, maiores disparidades de gênero. Em 2015 o IDG da Tunísia foi de 0.289, um número abaixo da média global (0,491), e também dos Estados árabes (0,535). Os indicadores que apresentaram os piores resultados foram os de participação política e de mercado de trabalho (PNUD, 2016). O primeiro IDG registrado em 1995 aponta que o valor 0,423, o que implica em uma melhora de 31.67% em 20 anos até 2015.

Esses dados dispostos no *Human Development Report* ao longo dos anos, apontam como as duas principais dificuldades das mulheres tunisianas a inserção na atividade política e também no mercado de trabalho, questões importantes e que encabeçaram as demandas das tunisianas durante a Revolução de Jasmim. A carência da participação feminina não é um problema exclusivo da Tunísia, ao alisar os relatórios é possível identificar que este é um problema de âmbito global, e que até mesmo países de altíssimo IDH enfrentam algum grau de desigualdade de gênero, especificamente em relação a representação política.

3.1 – A participação política feminina na Tunísia

O significado atribuído a participação política tem se alterado ao longo do tempo (MIGUEL, 2017). A definição apresentada por Milbrath (1965, apud MIGUEL, 2017) estabelece escalas de participação, tendo início no ato de votar, passando por tentar angariar votos, doações a campanhas, fazer contatos com funcionários públicos, e por fim a candidatura às eleições e ocupação de cargos públicos. “Sob tal perspectiva, é possível inquirir como o controle de diferentes recursos materiais, simbólicos e informacionais ou

as clivagens de classe, gênero e raça afetam as possibilidades de participação(...)” (MIGUEL, 2017, p.85).

Chambers e Cummings (2014) consideram o empoderamento feminino um processo inerentemente político, portanto para que seja promovido é necessário que as mulheres se envolvam, entre outras áreas, na atividade pública.

Na perspectiva do *Inter-parliamentary Union*(2011), a eficácia da implementação e fiscalização da legislação e políticas que atendem às necessidades e interesses das mulheres, ocorre por meio de um processo de sensibilização parlamentar ao gênero. Um parlamento sensível ao gênero é baseado no princípio da igualdade de gênero, ou seja, homens e mulheres compartilhem os mesmos direitos de participar das suas estruturas e processos, sem discriminações. Dessa forma se tornaria possível colocar as questões de gênero no centro da política, viabilizando a criação de programas, estruturas institucionais e alocação de recursos.

Nos tópicos seguintes será apresentado como se configurava a participação política feminina na Tunísia desde a independência do país, passando pelos governos de Habib Bourguiba e Zine El Abidine Ben Ali, a Revolução de Jasmim e a constituinte de 2014.

3.1.1 – A participação política feminina após a independência

Do período pós independência até a Revolução de Jasmim, a Tunísia foi governada por apenas dois presidentes, Habib Bourguiba (1956-1987) e Zine El Abidine Ben Ali (1987-2011). Bourguiba se tornou primeiro ministro da Tunísia logo após a conquista da independência em 1956, mas foi só no ano seguinte que o país aboliu a monarquia e se converteu em república (GHANEM, 2016).

Quando perguntado sobre o sistema político da Tunísia, Bourguiba respondeu: “Sistema? Qual sistema? Eu sou o sistema.” (MOORE, 1965). Habib era um líder populista, e conquistou sua fama de “supremo combatente” em virtude de sua militância pela independência. Em seu governo, implantou na Tunísia um regime unipartidário, sendo ele eleito primeiro ministro em 1956 e convertido em presidente em 1958, chegando a ser nomeado pela Assembleia Nacional presidente vitalício em 1975 (GHANEM, 2016) A Primeira eleição parlamentar multipartidária desde a independência ocorreu só em 1981, e teve o partido do presidente Bourguiba como o grande vencedor.

Durante o governo Bourguiba foi criado o Código de status pessoal (CPS), já citado no capítulo anterior, como uma das mudanças legais mais influentes e importantes na promoção da igualdade e gênero na Tunísia, pois estabeleceu reformas nas leis de casamento, divórcio, custódia e herança. A contribuição do governo Bourguiba para a abertura do espaço da mulher na política do país veio em 1959, com o reconhecimento do direito ao voto e da candidatura ao parlamento (CHAMBERS e CUMMINGS, 2014).

Em 1987 Zine El Abidine Ben Ali, que ocupava o cargo de primeiro ministro, aplicou um golpe ao declarar Bourguiba mentalmente incapacitado para governar e assumiu seu posto. Novas eleições presidenciais só aconteceram novamente em 1989. Já no poder Bem Ali reformou a lei eleitoral e reconheceu alguns partidos de oposição. Com a reforma, foram agregados 19 lugares a assembleia – reservando aos candidatos de partidos da oposição, ou seja, o partido perdedor teria direito a apenas 19 assentos na assembleia. Como as eleições presidenciais permaneceram unipartidárias, Ben Ali foi o único candidato presidencial em 1989, e conseqüentemente venceu as eleições, e o seu partido RCD ganhou todos os 144 lugares não reservados, isso se repetiu nas eleições de 1994, 1999 e 2004 (KIDD,2017).

A primeira eleição presidencial multipartidária só ocorreu em 1999. Ali ganhou as eleições presidenciais em 1994, 1999, 2004 e 2009. Ainda em 2002. Um referendo aprovou mudanças constitucionais propostas por Ben Ali que lhe permitiram concorrer mais uma vez em 2004. Nesse referendo foi criada uma segunda câmara parlamentar, a Câmara dos Conselheiro, sendo ela dominada pelo partido no poder, ou seja, o RCD (GHANEM, 2016).

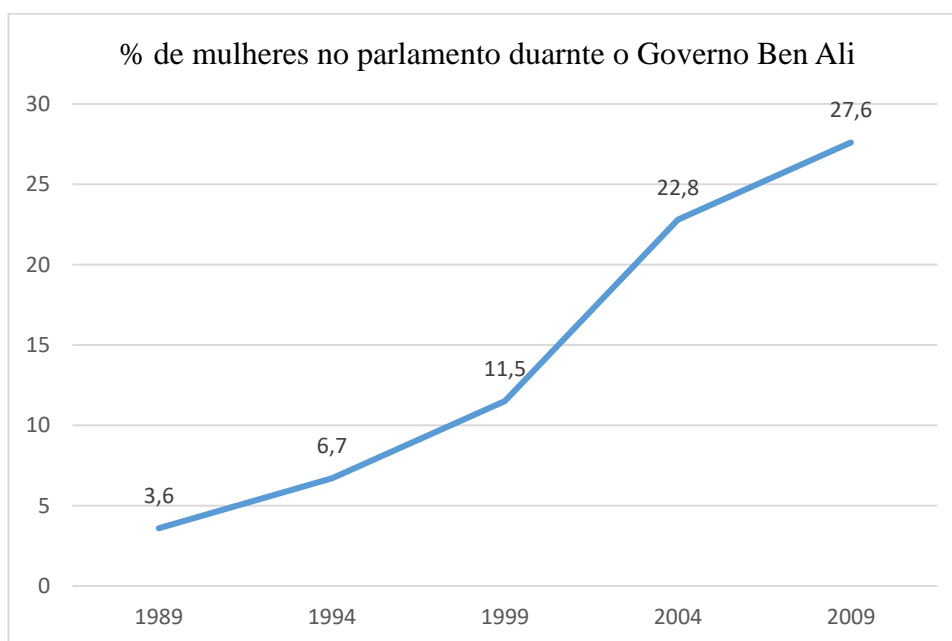
Segundo Ghanem (2016), o regime de Ben Ali manteve-se através de repressão de qualquer tipo de oposição popular ou partidária, no entanto, Ali buscava legitimidade através da realização de eleições regulares que, eleições essas que sempre lhe garantia a vitória e também de seu partido.

A repressão aos partidos de oposição e possíveis fraudes durante o processo eleitoral feitas em ambos os governos limitavam o direito de escolha que era garantido a todos os tunisianos desde 1959 de acordo com o código eleitoral instaurado por Bourguiba, que inclusive permitiu que mulheres tunisianas passaram a ter o direito de votar e também de se candidatar ao parlamento (CHERIF, 2014).

Tendo em vista que a Tunísia estava sob um regime autoritário que impunha restrições a participação política da população como no geral, a representação das mulheres na política formal e nos processos de tomada de decisão, no entanto, melhorou

gradualmente entre 1990 e 2010. A representação das mulheres aumentou em todos os níveis, incluindo as estruturas executivas e legislativas, o governo local e poder judiciário (BALIAMOUNE, 2011). Com base no banco de dados da *Inter-parliamentary Union* é possível verificar o crescimento da inserção de mulheres no legislativo. Os dados mais antigos referentes a Tunísia são das eleições de 1989.

Gráfico 1:



Fonte: Inter-parliamentary Union, 2017.

No ano de 1994 foi feita a segunda eleição multipartidária da Tunísia. Naquele ano apenas 11 dos 163 assentos parlamentares foram ocupado por mulheres, 5 assentos a mais em relação as primeiras eleições. O gráfico acima demonstra o aumento gradual deste número ao logo das eleições. O Aumento mais significativo ocorreu nas eleições de 2004, na qual as mulheres conquistaram 43 dos 149 cargos, sendo 22,8% do total. Esse aumento está associado, segundo Chambers e Cummings (2014), ao programa de incentivo a participação política feminina promovida por Ali. No intervalo de 1999-2004 o programa delineou metas para garantir que as mulheres representassem 20% dos cargos de decisão e estruturas eleitorais e o programa subsequente (2004-2009) aumentou isso para 30%. Seguindo esses programas o RCD passou a integrar as mulheres nas listas eleitorais do partido através do uso de cotas. A cota foi fixada em 20% para as eleições legislativas de 1999, 25% nas eleições municipais de 2005 e 30%

para as eleições municipais de 2009 e eleições municipais de 2010 (GOULDING, 2010 apud CHAMBERS e CUMMINGS, 2014). Desde 2007, a Comissão de Mulheres na Câmara dos Deputados foi encarregada de monitorar a aplicação dos direitos das mulheres e sua representação nas estruturas nacionais e internacionais.

Os dados apresentados no relatório da *Overseas Development Institute* “*Building Momentum Women’s empowerment in Tunisia*”, demonstram o crescimento do número de mulheres na atividade política, ocorreu, não só no legislativo, mas também no executivo e judiciário, tanto no âmbito nacional quanto municipal. Em relação ao executivo, houve um aumento da porcentagem de mulheres no governo de 9,25% para 12,5% entre 2001 e 2009, incluindo, ainda no governo de 2009, uma ministra e cinco secretárias de estado. Gribba (2009, apud CHAMBERS e CUMMINGS, 2014) destaca que em 2007, as mulheres detinham 24% dos cargos de tomada de decisão, um aumento de 3% quando comparado a 2004.

Quanto ao âmbito local, o aumento do número de mulheres nos conselhos municipais passou de 13% para 26%, constatado entre 1995 e 2005, já as mulheres eleitas para conselhos municipais que representam o RDC aumentaram de 21% em 2000 para 29% em 2005. Gribba (2009, apud CHAMBERS e CUMMINGS, 2014) argumenta, no entanto, que, apesar do crescente número de mulheres nos órgãos executivos do governo, as mulheres permanecem sub-representadas em papéis executivos (funções diplomáticas, governadores, assessores especiais, etc.) tanto a nível nacional como regional. Além disso, quanto maior a hierarquia, menor é a proporção de mulheres. No governo local, incluindo províncias e municípios, por exemplo, as mulheres representam apenas 10-20% das posições e poucos desses são cargos executivos.

Goulding (2010, apud CHAMBERS e CUMMINGS, 2014), assim como Mahadhi (2012) destacam que as mulheres que chegaram ao poder como resultado das cotas RCD na década de 2000 eram principalmente aquelas que estavam marcadas pelo feminismo estatal, mecanismo utilizado pelo governo como forma de melhorar sua imagem internacionalmente, como já mencionado no capítulo anterior. Como resultado, elas afirmam que, ao invés de desafiar as normas patriarcais, essas mulheres reproduziram padrões de poder e direitos existentes. Goulding prossegue afirmando que os grupos de mulheres que não compartilhavam da agenda do governo foram excluídas desse processo, por serem consideradas muito radicais, islâmicas ou críticas demais para o governo.

Segundo Mhadhbi (2012), a partir do momento das reformas de Bourghiba, o termo "feminismo de Estado" ou, alternativamente, "feminismo institucional" tem sido empregado como uma ferramenta governamental para promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, de forma limitada, contendo alternativas defendidas por feministas independentes e ativistas. Dessa forma, ativistas dos direitos de gênero e do empoderamento das mulheres em contraste com a visão do governo foram submetidos a uma opressão vigorosa, como já citadas em um tópico anterior, incluía perseguição, apreensão de passaporte e também prisão.

3.1.2 – Pós primavera árabe

As mulheres participaram ativamente das manifestações contra o governo de Ben Ali durante a Primavera Árabe. Após a retirada do ditador do poder, as tunisianas permaneceram engajadas durante a democratização do país, desta vez elas não só teriam que lutar em busca de ampliar seus direitos, mas também na busca por conservar aqueles conquistados nas últimas décadas.

Organizações como a Associação Tunisiana de Mulheres Democráticas (ATMD) exigiram paridade na constituinte. E coube ao *High Commission for the Achievement of the Objectives of the Revolution, Political Reforms and Democratic Transition* a tarefa de redigir as regras para a eleição que formaria constituinte. Foi adotado então um sistema de cotas radical e também chamado "sistema de zíper" (alternância de sexos na composição das listas) (CHERIF, 2014).

As eleições de 2011 para a Nacional Constituinte, foram regidas pela cláusula de paridade imposta, que exigia que 50% dos candidatos dos partidos fossem mulheres e também que os nomes dos candidatos em listas de partidos alternassem entre homem e mulher. Naquele ano mais de 4 mil mulheres competiram para os 217 lugares da Assembleia, e chegaram a conquistar 49 assentos, uma média de 26% dos candidatos eleitos (NDI, 2014). A maior parte desses cargos foram ocupados por apenas um partido, o Ennahda, de cunho religioso, autointitulado islâmico democrata, que conquistou 42 lugares. A assembleia obteve a maior representação de mulheres em qualquer parlamento do mundo árabe na época (NDI, 2014).

O afastamento de alguns representantes masculinos, tanto por renúncia ou questões de saúde, permitiu que mais mulheres se juntassem a assembleia, pois de acordo com as

regras de procedimento, os membros afastados deveriam ser substituídos pelo próximo candidato em suas listas eleitorais - uma mulher de acordo com o sistema adotado. O número final de representantes mulheres atingiu um total de 67 (31%), fazendo a Tunísia superar de não só a média da região árabe de 17,8%, mas também a europeia (25,3 %) e dos EUA (25,6%) (CHERIF, 2014).

Mulheres estavam representadas na maioria dos órgãos de decisão da Constituinte. Uma das principais candidatas do Ennahda, Meherzia Laabidi foi nomeada primeira vice-presidente da Assembleia, e três dos sete membros de apoio do presidente da constituinte também eram mulheres. Muitas outras parlamentares participaram de comitês encarregados de elaborar capítulos da constituição. Algumas foram nomeadas relatoras nessas comissões, mas apenas uma, Farida Laâbidi (Ennahdha), foi nomeada presidente de um comitê constituinte (CHERIF, 2014).

É possível afirmar que o feminismo desempenhou um papel importante durante a Revolução de Jasmim, seja como perspectiva teórica, influenciando a criação e desenvolvimento de movimentos, ou como militância, unido mulheres, dentre elas até mesmo aquelas que não aceitam o termo “feminista”, mas que juntas buscavam reduzir a situação de desigualdade entre os gêneros.

A maioria das mulheres eleitas para a constituinte de 2011 pertenciam ao Ennahda, partido islâmico. Diante disso se torna clara a influência do feminismo Islâmico no processo da elaboração da nova constituição, visto que tais mulheres desempenharam papéis importantes a composição do documento.

Cherif (2014) ressalta a importância da sociedade civil na composição da nova constituição, que através de sua presença em marchas e manifestações, bem como sua participação em consultas organizadas pela Assembleia Nacional Constituinte para comentar os vários projetos de constituição, trouxeram uma voz adicional ao processo e contribuíram para atrair maior atenção para as questões de gênero. A autora ainda reforça que este compromisso direto das mulheres nos níveis da Assembleia e da sociedade civil e a abertura de um verdadeiro debate público sobre questões de gênero contribuíram para o surgimento de uma abordagem *bottom-up* para as questões das mulheres, rompendo com as políticas de *top-down* dos regimes anteriores.

A abordagem *top-down* é caracteristicamente patriarcal e, do ponto de vista feminista, perpetua estruturas e discursos de domínios patriarcais e opressão (NICHOLSON,1999. *apud*, IFE 2016). Com exceção do feminismo liberal, que não questiona as estruturas ou os discursos do poder, mas simplesmente procura ajudar as

mulheres a competirem igualmente dentro dessas estruturas patriarcais, todas formas de feminismo que procuram mudar estruturas básicas ou discursos de poder e opressão, e que buscam o desmantelamento do patriarcado de cima para baixo (IFE 2016).

A nova constituição tunisiana adotada em 2014 foi imediatamente apontada como a mais igualitária do mundo árabe. O grande destaque comentado pela mídia internacional era o artigo 46, voltado para tratar das questões dos direitos das mulheres:

Artigo 46

O Estado compromete-se a proteger os direitos acumulados das mulheres e a trabalhar para fortalecer e desenvolver esses direitos.

O Estado garante a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens para ter acesso a todos os níveis de responsabilidade em todos os domínios. O Estado trabalha para alcançar a paridade entre mulheres e homens eleitos para Assembleias.

O Estado deve tomar todas as medidas necessárias para erradicar a violência contra as mulheres.²³

(TUNÍSIA, 2014, p.10. Tradução nossa.)

Quando a constituição ainda estava em processo de elaboração, surgiram problemas relacionados a artigos sobre o status da mulher. O mais comentado deles foi o artigo 28, que estabelecia: “O Estado garante a proteção das mulheres e apoia suas conquistas, considerando-as como as verdadeiras parceiras dos homens na construção da nação, e os papéis de homens e mulheres complementam um outro dentro da família [...]”(CHERIF, 2014, p.4). O conceito de "complementaridade" foi interpretado como contraditório ao princípio da igualdade. Após grandes críticas da mídia nacional e internacional, e de mobilização das parlamentares e organizações feministas esta parte do texto foi retirada dos projetos posteriores e substituída na versão final por "todos os cidadãos do sexo masculino e feminino são iguais em direitos e deveres" (artigo 21) (CHERIF, 2014).

Um dos grandes temores das mulheres tunisianas após a revolução era a perda de direitos conquistados ao longo de décadas. A institucionalização de seus direitos e de sua igualdade cria para as mulheres um alicerce para a aplicação de sua participação política e com isso a redução da desigualdade de gênero em outras esferas da sociedade. As

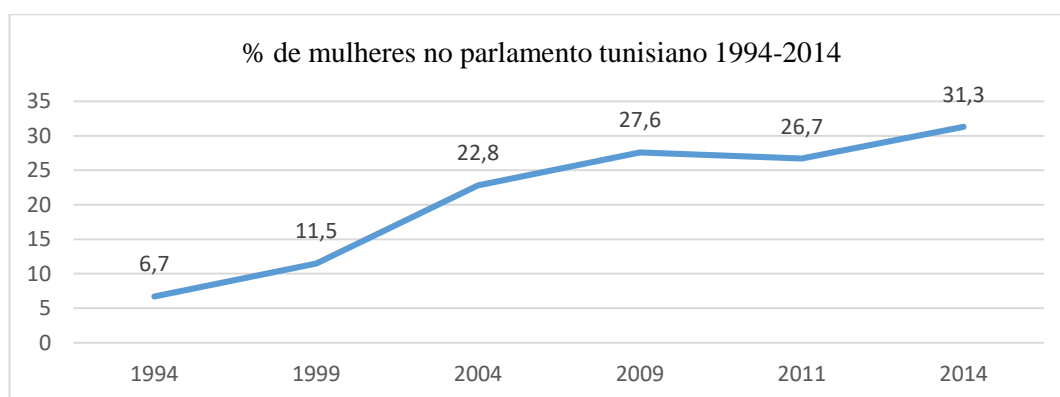
²³Texto Original: Article 46 The state commits to protect women’s accrued rights and work to strengthen and develop those rights. The state guarantees the equality of opportunities between women and men to have access to all levels of responsibility in all domains. The state works to attain parity between women and men in elected Assemblies. The state shall take all necessary measures in order to eradicate violence against women (TUNÍSIA, 2014, p.10.)

eleições legislativas e presidenciais de 2014 foram as primeiras desde a implementação da nova constituição. Além da paridade nas listas de candidatos que já fora introduzida em 2011, foi apresentado também um novo projeto de lei à Assembleia que incluiu uma provisão para paridade horizontal, o que significaria que a metade das listas apresentadas por cada partido deveria ser encabeçada por uma candidata mulher, visando garantir representação igual de homens e mulheres como chefes de listas, entretanto esse objetivo não chegou a ser cumprido (CHERIF, 2014).

Nas eleições de 2014, os partidos políticos respeitaram em grande parte os requisitos legislativos ao designar as mulheres para 47% dos cargos em suas listas. A existência de uma cota vertical, mas não horizontal, teve um impacto significativo no processo de seleção dos candidatos e no envolvimento de diferentes atores. Na criação de cada lista, os responsáveis tiveram que garantir que a cada dois candidatos um fosse uma mulher. No entanto, não havia nenhuma obrigação na liderança do partido para garantir que a metade das listas fosse encabeçada por mulheres (OHMAN, 2016).

Em 2014 as vitórias femininas foram superiores as de 2011, mas os resultados não foram tão positivos. Dos 217 assentos apenas 68 foram ocupado por mulheres, representando 31,3% das vagas disponíveis. O gráfico a seguir ilustra o crescimento do número de mulheres no parlamento tunisiano de 1994 até 2014.

Gráfico 2:



Fonte: Inter-parliamentary Union, 2017.

Há, de 2011 para 2014, um crescimento de 4,6 % no número de mulheres no parlamento tunisiano, um aumento baixo quando comparado ao governo Ali, que já chegou a alcançar um aumento de 11,3 %, entre 1999 e 2004. Para Ohman (2016), a forma como os candidatos estão dispostos nas listas dos partidos é essencial para o resultado,

tendo resultados melhores aqueles que encabeçam as listas, em sua maioria homens. Um foco significativo no status financeiro dos candidatos tende a influenciar as escolhas do partido, uma vez que as mulheres geralmente têm menos acesso aos recursos do que os homens, elas acabam encabeçando menos listas. Para o autor uma reforma que usaria os incentivos das finanças políticas para encorajar mais listas a serem encabeçadas por mulheres sem forçar a liderança central a intervir no processo de seleção seria fornecer mais fundos públicos para listas lideradas por uma mulher do que por listas lideradas por um homem.

Para que o empoderamento feminino seja promovido é necessário que as mulheres se envolvam, entre outras áreas, na atividade pública. Portanto, não basta leis em prol da igualdade de gênero sejam adotadas, como durante os governos Bourguiba e Ben Ali, é necessário o envolvimento das mulheres na elaboração das mesmas.

Abertura do espaço político para a mulher tunisiana veio em 1959. A repressão política, o unipartidarismo e as eleições esporádicas e fraudulentas, dificultava a participação política também dos homens durante o governo de Bourguiba. Já em Ben Ali, o multipartidarismo e as várias eleições de resultado duvidoso, junto ao programa de incentivo a participação política feminina, fez crescer o número de mulheres no parlamento.

O crescimento gradual do número de mulheres no parlamento tunisiano é certamente um fato importante, assim como a sua participação ativa durante a Constituinte de 2014. Apesar dos grandes avanços alcançados após a retirada de Ben Ali do poder, a ascensão das mulheres a cargos políticos ainda se apresenta como um desafio. A próxima eleição tunisiana acontecerá em 2019, e caso o padrão se repita, haverá um número ainda maior de mulheres em posição de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas tradicionais das Relações Internacionais preocupam-se em tratar de questões que envolvem a *high politics*, se importando com questões que envolvam atores estatais, guerra e segurança. Marginalizada pelo *mainstream* teórico as perspectivas feministas propõem a introdução de gênero como categoria de análise buscando compreender o impacto do sistema estatal e da economia global nas vidas de mulheres e homens (TICKNER, 1997).

Segundo Scott (1986), o gênero é uma construção social que estabelece uma diferenciação entre os sexos, gerando uma hierarquização dessas diferenças, valorizando o que é tido como masculino, atividades geralmente atreladas ao âmbito público, e desvalorizando o que é tido como feminino, atrelado ao âmbito privado. As perspectivas feministas questionam essa naturalização da hierarquização entre os gêneros, chamando atenção para a invisibilidade da mulher na política internacional, buscando nas instituições e nas normas do sistema internacional, explicações para as desigualdades entre os gêneros.

A adoção de um feminismo de Estado como o propósito de utilizar a imagem da mulher como um instrumento de propaganda estatal, assim como a participação das mulheres na organização e andamento dos movimentos durante Jasmim e também durante o processo de democratização da Tunísia, proporciona um importante debate a respeito de como a hierarquia de gênero naquele país moldou historicamente o andamento das suas das realidades sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, as transformações do *status quo* tunisiano, se tornam melhor compreendidas aproximando-se de uma abordagem que leva em consideração a ação de atores sociais que estruturam as hierarquias de poder no interior dos Estados.

A perspectiva ocidental da mulher árabe gira em torno da ideia de uma mulher submissa, amarrada a uma religião e a costumes que a oprimem. Entretanto as mulheres dessa região buscam, por meio de suas próprias forças e ideologias, reduzir as disparidades de gênero. As mulheres árabes desenvolveram diversas abordagens feministas, tendo o feminismo islâmico se destacado a partir da década de 1990.

O feminismo encontra no mundo árabe alguns obstáculos, isso ocorre em virtude das associações do movimento com ideologias ocidentais, que por vez, o enquadram como uma possível ameaça as práticas religiosas do Islã. O mundo islâmico mostra-se avesso a modernidade, principalmente quando se trata das mulheres (AHMED, 1992).

Dessa forma, o feminismo nas sociedades muçumanas se desenvolve em um ambiente desfavorável, por ser, segundo Lima (2014. p.1), “uma das expressões da intersecção da modernidade com o Islã.”

Diferentemente da maioria dos países do mundo árabe, a Tunísia de Bourguiba e Ben Ali buscavam a modernidade e o reconhecimento internacional, e encontraram na promoção da igualdade de gênero, dentro de alguns limites, uma ferramenta auxiliar na construção de uma nação secular e moderna.

A Primavera Árabe, iniciada ainda em 2010 na Tunísia, desencadeou uma série de manifestações no mundo árabe, e no caso da própria Tunísia, uma revolução, sendo segundo Scott (1986) uma oportunidade para mudanças nas significações de gênero e de poder. E foi por meio da participação feminina que os movimentos se fortaleceram, ao desafiar padrões sociais e culturais, as barreiras impostas a elas pelas hierarquias de gênero e as barreiras impostas pelo Estado tunisiano.

A Tunísia foi e ainda é considerada o país árabe mais avançado quanto a igualdade de gênero. Mas isso não foi o suficiente para impedir a revolta das mulheres do país. Como afirmam Chambers e Cummings (2014), o empoderamento das mulheres vai além da definição de igualdade de gênero e incorpora a medida em que as mulheres têm o poder e a capacidade de fazer escolhas e controlar seu próprio destino. Durante décadas as mulheres tunisianas foram meras espectadoras da atividade política. Por meio do feminismo de Estado foram adotadas políticas voltadas para as mulheres durante os governos de Bourguiba e Ben Ali, políticas estas que estavam acompanhadas de limitações, como a privação da liberdade de expressão e difícil acesso a elevados cargos políticos no executivo e provinham do que o Estado acreditava ser adequado às mulheres tunisianas e não das demandas que estas promoviam em seus ativismos.

Medidas como o CSP e o plano de cotas para mulheres nos partidos foram muito importantes para a redução da desigualdade de gênero no país, entretanto, faltava as mulheres mais liberdade e também a oportunidade delas mesmas participarem livremente da elaboração de leis.

A elaboração da nova constituição do país contou com uma importante participação feminina, inclusive em cargos importantes como o ocupado por Meherzia Laabidi, nomeada primeira vice-presidente da Assembleia. Mesmo com instituição de cotas de 50% para a Constituinte de 2011, apenas 26% dos assentos foram ocupados por mulheres, sendo maioria membro do Ennahda, o partido Islâmico. Nas eleições de 2014 a porcentagem de mulheres eleitas subiu 4,6%.

Não só o processo de elaboração da constituição foi tido como significativo para as mulheres tunisianas, o documento final também foi destacado em virtude de seu caráter progressista quando comparada às demais constituições do mundo árabe. Entretanto críticas a respeito do documento também foram feitas. Uma dessas críticas está associada a influência do Islã na elaboração do documento, que acabou sendo apontada como a responsável por algumas limitações quanto a direitos e liberdades étnicas e religiosas.

Boa parte das mulheres que ocuparam papéis importantes durante a Constituinte faziam parte do Ennahda, o partido Islâmico. É evidente que essas mulheres não podem ser responsabilizadas pela integralidade do documento, mas tais associações podem reforçar críticas feitas pelas feministas ocidentais de que a maneira muçulmana de articular suas demandas e transformar ou adaptá-las a sua religiosidade é totalmente oposta à libertação das mulheres (GARCÍA, 2010).

Contrário a esse movimento de culpabilização do Islã, feito pelo feminismo ocidental, o feminismo islâmico não atribui a religião a responsabilidade sobre a desigualdade de gênero. Diferente da percepção ocidental, o feminismo islâmico encontrar no Alcorão o pleno apoio à equidade entre homens e mulheres. Portanto as limitações da nova constituição tunisiana não seriam, na perspectiva do feminismo islâmico, consequências da inserção do islã, mas sim de influências socioculturais ou por erros na interpretação dos princípios islâmicos.

É evidente que ainda há para as mulheres tunisinas muitos desafios. Questões relacionadas a herança, por exemplo, ainda são um problema no país. Ampliar o número de mulheres nos cargos públicos ainda é uma tarefa importante. Em todo caso, a Revolução de Jasmim ainda é um acontecimento histórico recente, e suas consequências poderão ser medidas mais precisamente nos próximos anos, mas de imediato, é possível afirmar que uma das grandes conquistas políticas das mulheres tunisianas no pós Revolução foi a oportunidade de contribuir para a elaboração da nova constituição.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Chiara. **A primavera árabe e as lembranças de 1848**. 2011. Disponível em: <<http://estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/05/1-28-30.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017
- BADRAN, Margot. **Feminism in Islam:: Secular and Religious Convergences**. Nova York: Oneworld, 2009.
- BESSIS, Sophie. **Le féminisme institutionnel en Tunisie**. 1999. Disponível em: <<http://clio.revues.org/286#tocto2>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **FEMINISMO E POLITICA**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CHAMBERS, Victoria; CUMMINGS, Clare. **Building Momentum Women's empowerment in Tunisia**. 2014. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10319.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CHERIF, Nedra. **Tunisian women in politics: From constitution makers to electoral contenders**. 2014. Disponível em: <http://fride.org/download/PB_189_Tunisian_women_in_politics.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.
- DANIELE, Giulia. **Tunisian Women 's Activism after the January 14 Revolution: Looking within and towards the Other Side of the Mediterranean**. 2014. Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1750&context=jiws>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- DARWISHEH, Housam. **Trajectories and Outcomes of the 'Arab Spring': Comparing Tunisia, Egypt, Libya and Syria**. 2014. Disponível em: <<http://www.ide.go.jp/English/Publish/Download/Dp/456.html>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- DRISS, Ahmed; BLIBECH, Fadhel. **ARAB CITIZENSHIP REVIEW NO.5 TUNISIA**. 2014. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/pais/research/researchcentres/irs/euspring/tunisia_review_no_5.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- EL-MASRI, Samar. **Tunisian Women at a Crossroads: Cooptation or Autonomy?** 2015. Disponível em: <<http://www.mepc.org/tunisian-women-crossroads-cooptation-or-autonomy>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- FERABOLLI, Silvia. **Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe**. 2010. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/146/142>>. Acesso em: 12 set. 2017.

- GARCÍA, Alba Onrubia. **El derecho de ser mujer y musulmana: feminismo islámico.** 2010. Disponível em: <<http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article2001>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- GHANEM, Hafez. **The Arab Spring Five Years Later.** Washington: Brookings Institution Press, 2016.
- HOBBSAWM, E. J. A era do capital – 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- IDH. **Women and the arab Spring: taking their place?.** 2012. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201206/20120608ATT46510/20120608ATT46510EN.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Gender-Sensitive Parliaments: A Global Review of Good Practice.** 2011. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/pdf/publications/gsp11-e.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments.** 2017. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2017.
- JICA. **2015 Country Report of Gender Profile (Tunisia) (English).** 2015. Disponível em: <[http://gwweb.jica.go.jp/km/FSubject1501.nsf/3b8a2d403517ae4549256f2d002e1dcc/facbb3f561228faf49257afe0009dfa8/\\$FILE/ATTM6TNR.pdf/英語版2015.pdf](http://gwweb.jica.go.jp/km/FSubject1501.nsf/3b8a2d403517ae4549256f2d002e1dcc/facbb3f561228faf49257afe0009dfa8/$FILE/ATTM6TNR.pdf/英語版2015.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2017
- JOFFE, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. *Relações Internacionais* [online]. 2011, n.30, pp.85-116. ISSN 1645-9199
- KIDD., Gabriel. **Tunisia and Democracy: A History.** : Bobby Digital, 2017
- KROLØKKE, C.. **Three waves of feminism: from suffragettes to grrls.** 2005. Disponível em: <https://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/6236_Chapter_1_Krolokke_2nd_Rev_Final_Pdf.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- LAMRABET. Asma. La problematica de la mujer musulmana dentro del dialogo de culturas. Universidade de Liverpool. 2010.
- LIMA, Cila. Feminismo Islâmico: uma proposta em construção. *Fazendo Gênero 10–Desafios Atuais do Feminismo.* Setembro 2013
- MHADHBI, Amira. **State feminism in Tunisia: reading between the lines.** 2012. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/5050/amira-mhadhbi/state-feminism-in-tunisia-reading-between-lines>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Rev. Estud. Fem.* [026X2013000100004. online]. 2013, vol.21, n.1, pp.59-80. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104->

OHMAN, Magnus. **Political finance and the equal participation of women in Tunisia: a situation analysis.** 2016. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/political-finance-and-the-equal-participation-of-women-in-tunisia.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

ONU MULHERES. **Documentos de referência.** 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ROGAN. The Arab Spring: Implications for British Policy. Conservative Middle East Council, Out. 2011. Disponível em: <http://cmec.org.uk/wpcontent/uploads/CMEC-Arab-Spring.pdf> . Acesso em 10 de set. 2017

SANTOS, Claudia. **A mulher no Oriente Médio e o Feminismo Islâmico.** 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjuntura-global/files/2016/02/A-mulher-no-Oriente-Médio-e-o-Feminismo-Islâmico_Claudia-Santos-1.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017

SHAIKH, S. 2003. “Transforming Feminisms: Islam, Women and Gender Justice”. In Progressive Muslims: On Justice, Gender and Pluralism, ed. by O. Safi. Oxford: Oneworld Publications, 147-162.

SILVA, Fábio Mariano Espíndola; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Process-tracing e a produção de inferência causal.** 2015. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rt/article/viewFile/192/139>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

THE GUARDIAN. **Women have emerged as key players in the Arab spring.** 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2011/apr/22/women-arab-spring>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

TICKNER, J. Ann (1997) “You Just Don’t Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists,” *International Studies Quarterly* 41(4): 611-632.

TUNISIA. **Tunisia's Constitution of 2014.** 2014. Disponível em: <https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

UNPD. **2015 Human Development Report.** 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

UNPD. **2016 Human Development Report.** 2016. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

WHITWORTH, Sandra. GENDER, INTERNATIONAL RELATIONS AND THE CASE OF THE ILO. *Review of International Studies*, Volume 20, No.4, October 1994, pp. 389-405. Whitworth. 1994